

# MODELO DE REFERÊNCIA PARA O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA - PEIG

Por,

Jéssica Mendes Jorge

Brasília, 08 de dezembro de 2017.

# **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

FACULDADE DE TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

# UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Tecnologia

Departamento de Engenharia de Produção

# PROJETO DE GRADUAÇÃO

# MODELO DE REFERÊNCIA PARA O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA - PEIG

Por.

# Jéssica Mendes Jorge

Relatório submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Engenheiro de Produção.

#### Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Cristina dos Santos (UnB/EPR)

Whysis breath.

Co-orientadora: Mst. Hulda Oliveira Giesbrecht (SEBRAE Nacional)

Membro externo UnB: Dra. Marcia Mitiko Onoyama Esquiagola (EMBRAPA AGROENERGIA)

Membro UnB: Prof. Dr. Jean-Louis Le Guerroué (UnB/Planaltina)

Dedico este trabalho aos meus pais, Adilson e Rosangela, que me incentivaram e apoiaram com muito carinho durante esta caminhada.

# **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente à Deus, que me conduziu no seu plano perfeito fazendo com que eu chegasse até este momento.

À minha família, que foi paciente, parceira e compreensiva em todos os momentos que precisei.

Ao meu amigo e companheiro Nilo, que mesmo com os seus problemas nunca deixou de me apoiar e incentivar, e sempre acreditou no meu potencial.

À minha orientadora Andréa Santos, que apoiou fortemente o tema de pesquisa e desde o início acreditou no meu trabalho.

À minha coordenadora de estágio e co-orientadora deste trabalho Hulda Oliveira Giesbrecht, por todas as oportunidades vivenciadas no Sebrae Nacional e principalmente por, mesmo na falta de tempo, ter se dedicado a compartilhar o seu conhecimento e me orientar no tema de Indicações Geográficas com muita tranquilidade, atenção e carinho.

À Raquel Beatriz Almeida de Minas, pelos bons momentos no Sebrae Nacional, principalmente por também ter compartilhado seu conhecimento de IG comigo, sendo sempre paciente e se colocando à disposição para me ajudar apesar de seus deveres profissionais.

Por fim, agradeço a todos os demais que ajudaram nesse trabalho compartilhando seu conhecimento, opiniões e sugestões.

# SUMÁRIO

LISTA DE FI	GURAS	7
LISTA DE TA	ABELAS	8
LISTA DE G	RÁFICOS	10
LISTA DE SI	GLAS	11
RESUMO		12
ABSTRACT		13
1. INT	RODUÇÃO	14
1.1. Obi	etivo geral	16
1.1.1.	Objetivos específicos	
1.2. Lim	itações da pesquisa	16
1.3. Met	odologia da pesquisa	16
1.4. Est	rutura da pesquisa	18
2. RE	VISÃO DA LITERATURA	19
2.1. Indi	cações Geográficas	19
2.1.1.	Definindo Indicação Geográfica	19
2.1.2.	Origem da Indicação Geográfica	23
2.1.3.	Regulamentação de uma IG no Brasil	25
2.1.4.	Processo de estruturação de IG no Brasil	28
2.1.5.	Benefícios e impactos econômicos, sociais e ambientais	34
2.2. Pro	cesso de Desenvolvimento do Produto (PDP)	37
2.2.1.	Processo de Desenvolvimento do Produto Alimentício (PDPA)	40
2.2.2.	Apresentação do modelo do processo de desenvolvimento produtos Alimentícios – PDPA	
2.2.2.1.	Fase 1 - Projeto Informacional	45
2.2.2.2.	Fase 2 – Projeto Conceitual	46
2.2.2.3.	Fase 3 – Projeto Preliminar	46
2.2.2.4.	Fase 4 – Projeto Detalhado	47
2.2.2.5.	Fase 5 - Preparação da produção	47
3. REI	LAÇÕES ENTRE O PDPA E O PEIG	48
4. PR	OPOSTA DE UM MODELO DE REFERÊNCIA PARA O PEIG	54

4.1.	Fase 1 – Análise da viabilidade do projeto de estruturação da IG	56
4.2.	Fase 2 - Planejamento estratégico da IG	59
4.3.	Fase 3 - Planejamento do produto da potencial IG	64
4.4.	Fase 4 - Planejamento do processo da potencial IG	70
4.5.	Fase 5 - Preparação do Registro da IG	74
4.6.	Fase 6 - Implementação e Gestão da IG	78
4.7.	Considerações finais sobre o modelo proposto	81
5.	AVALIAÇÃO DO MODELO	82
6.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	86
REFER	ÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APÊND	ICE A – ESTRUTURA REPRESENTATIVA DO PEIG	92
APÊND 	ICE B – ESTRUTURA DETALHADA MODELO DE REFERÊNCIA D	
	ICE C – ESTRUTURA DETALHADA DO MODELO DE REFERÊNCI G	

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da pesquisa	17
Figura 2 - Diferenciação entre IP e DO conforme a legislação brasileira	20
Figura 3 – Identidade Visual da Marca Coletiva "Vinhos do Brasil"	23
Figura 4 - Diferença entre modelos de referência genéricos e modelos de referênc	cia
específicos	39
Figura 5 - Modelo para o Processo de Desenvolvimento de Produtos Alimentícios.	45
Figura 6 - Relação entre as fases do Modelo do PEIG e do Modelo do PDPA	53
Figura 7 - Modelo de referência para o processo de estruturação de IG - PEIG	54
Figura 8 - Análise da viabilidade do projeto de estruturação da IG	57
Figura 9 - Fase 2: Planejamento estratégico da IG	60
Figura 10 - Fase 3: Planejamento do produto da potencial IG	65
Figura 11 - Fase 4: Planejamento do processo da potencial IG	70
Figura 12 - Fase 5: Preparação do Registro da IG	75
Figura 13 - Fase 6: Implementação da IG	79
Figura 14 - Resultado da avaliação do modelo	84

# **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Número de IG por UF	22
Tabela 2 - Estado atual do modelo do PEIG.	49
Tabela 3 - Representação consolidada do modelo do PDPA	50
Tabela 4 - Estrutura do modelo de referência	56
Tabela 5 - Atividade 1.1:Levantar informações para realizar o diagnóstico da regiã	žO.
	58
Tabela 6 - Atividade 2.1: Definir os interessados no projeto de estruturação da IG	61
Tabela 7 - Atividade 2.2: Elaborar o planejamento estratégico da estruturação da I	G.
	62
Tabela 8 - Atividade 2.3: Avaliar riscos do projeto de estruturação da IG na Regiã	žΟ.
	63
Tabela 9 - Atividade 3.2: Levantar informações sobre o produto da potencial IG	na
modalidade de Indicação de Procedência	66
Tabela 10 - Atividade 3.3: Detalhar as especificações do produto da potencial IG	na
modalidade de Indicação de Procedência	67
Tabela 11 - Atividade 3.4: Levantar informações para comprovar a vinculação do me	oie
com o produto na modalidade de Denominação de Origem	69
Tabela 12 - Atividade 3.5: Detalhar as especificações do produto da potencial IG	na
modalidade DO)	69
Tabela 13 - Atividade 4.2: Levantar informações sobre o processo de produção	do
produto	71
Tabela 14 - Atividade 4.3: Detalhar as especificações do processo de produção	do
produto	72
Tabela 15 - Atividade 4.4: Delimitar a área geográfica onde ocorre o processo	de
produção da potencial IG	73
Tabela 16 - Atividade 4.5: Definir a estrutura do processo de produção	73
Tabela 17 - Atividade 5.2: Definir o nome geográfico a ser protegido	76
Tabela 18 - Atividade 5.3: Criar Identidade Visual da IG	76
Tabela 19 - Atividade 5.4: Descrever o Regulamento de Uso	77
Tabela 20 - Atividade 5.5: Descrever as atividades do Sistema de Controle	77
Tabela 21 - Atividade 6.2: Elaborar documentos para a produção	79

Tabela 22 - Atividade 6.3: Consolidar a estrutura da controle, gestão,	defesa e
promoção da IG	80
Tabela 23 - Resultado consolidado do questionário aplicado	83
Tabela 24 - Resultado da avaliação conforme a média por proposição	84

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Registros de IG no Brasil até julho de 20172	Gráfico 1	1 - Registros	de IG no Brasil	até julho de 2017	
--	-----------	---------------	-----------------	-------------------	--

# LISTA DE SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BPA Boas Práticas Agrícolas

BPF Boas Práticas de Fabricação

CUP Convenção União de Paris

DO Denominação de Origem

Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GATT General Agreement on Tariffs and Trade

IG Indicação Geográfica

INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IP Indicação de Procedência

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA Ministério do Meio Ambiente

OMC Organização Mundial do Comércio

OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONGs Organizações não Governamentais

PDP Processo de Desenvolvimento de Produto

PDPA Processo de Desenvolvimento de Produtos Alimentícios

PEIG Processo de Estruturação de Indicação Geográfica

POP Procedimento Operacional Padrão

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TRIPS Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

UF Unidade Federativa

# **RESUMO**

Este trabalho apresenta um modelo de referência para o processo de estruturação de indicação geográfica (PEIG) pautado na literatura de processo de desenvolvimento de produtos alimentícios (PDPA) e documentos normativos e legais que tratam da estruturação de indicação geográfica (IG) em regiões. O objetivo do modelo proposto é organizar em uma sequência lógica, estruturada em fases, atividades e tarefas, o conhecimento sobre as etapas necessárias para reconhecer formalmente uma região que, por conta de suas características e conhecimentos locais, possui uma notoriedade vinculada a um produto. O público alvo deste trabalho é caracterizado por gestores e consultores de projeto de IG. O modelo foi submetido para à avaliação de gestores de projeto de IG do Sebrae Paraná, que responderam um questionário e apontaram o trabalho como uma interessante proposta para auxiliar na gestão de projetos dessa natureza.

Palavras chave: processo de desenvolvimento de produto, indicação geográfica, processo de estruturação.

# **ABSTRACT**

This work presents a reference model for the process of structuring the geographical indication based on the literature on the food product development process and normative and legal documents dealing with the structuring of geographical indication (GI) in regions. The objective of the proposed model is to organize in a logical sequence, structured in phases, activities and tasks, the knowledge about the steps necessary to formally recognize a region that, due to its local characteristics and knowledge, has a notoriety linked to a product. The target audience of this work is characterized by GI project managers and consultants. The model was submitted to the evaluation of GI project managers of Sebrae Paraná, who answered a quiz and pointed the work as an interesting proposal to assist in the management of projects of this nature.

Key words: product development process, geographical indication, structuring process.

# 1. INTRODUÇÃO

As mudanças no mercado acarretadas pela tecnologia e inovação vêm se acelerando nos últimos anos, inserindo as organizações em ambientes cada vez mais competitivos que exigem das empresas a capacidade de prever futuros desenvolvimentos de produtos ou serviços, tanto próprios como dos concorrentes (BACK et al., 2008; PLENTZ et al., 2014).

Para desenvolver as habilidades e competências necessárias para acompanhar a dinâmica do mercado, as empresas precisam adotar ferramentas, metodologias, técnicas e processos de negócio que permitam a criação de produtos mais competitivos, em menos tempo, para atender ao dinamismo do mercado, incorporar novas tecnologias, se integrar a outros produtos e usos e se adequar a novos padrões e restrições legais. Segundo Jugend e Silva (2013), o processo de negócio que tem se tornado cada vez mais crítico para a competitividade de uma empresa é o processo de desenvolvimento do produto (PDP).

Abordado na área de Engenharia do Produto, o PDP consiste em um conjunto de atividades desenvolvidas para definir as especificações de projeto de um produto e de seu processo de produção, para que o mesmo possa ser produzido e lançado no mercado (ROZENFELD et al., 2006).

Esse conjunto de atividades é apresentado como um modelo de referência, que explicita as etapas do PDP de modo a contribuir no entendimento teórico e prático do processo (BACK et al., 2008).

A gestão bem estruturada de um modelo de PDP, pode significar maior capacidade de diversificação, potencial para transformação de novas tecnologias em novos produtos, menores custos e menos tempo de desenvolvimento, promovendo vantagem competitiva para a empresa que possui uma gestão eficaz deste processo (JUNGED e SILVA, 2013).

Existem diversos modelos de referência apresentados na literatura para desenvolver um produto ou processo, um exemplo é o modelo de Santos (2004), que tem o seu foco nas etapas do processo de desenvolvimento de um produto alimentício (PDPA) e na definição do processo para transformação do alimento em questão.

Sobre o processo de transformação e desenvolvimento de produtos, Niederle

(2014) afirma que estudos estão sendo realizados na literatura voltados para as mudanças provocadas por ativos de propriedade intelectual, principalmente de Indicação Geográfica (IG).

Conforme MAPA (2004), uma IG é um registro de um nome geográfico concedido a uma região cujo produto(s) ou serviço(s) se diferencia de seus semelhantes ou afins, por apresentar características diferenciadas que podem ser atribuídas à sua origem geográfica, configurando nestes o reflexo de fatores naturais e humanos.

Deste modo, o signo de IG valoriza a diversidade e a singularidade de produtos originados de territórios específicos, evidenciando os fatores a eles associados, como o saber fazer, tradição, costumes e práticas de produção (NIEDERLE, 2014).

No Brasil, o reconhecimento de uma IG é feito pelo INPI que, até o primeiro semestre do ano de 2017, concedeu aproximadamente 54 registros de nomes geográficos, sendo que aproximadamente 72% estão relacionados a produtos agroalimentares (INPI, 2017).

Uma região que passa por esse processo de reconhecimento formal está sujeita a diversas mudanças que estão no âmbito da agregação de valor em busca de acesso a mercados para aumentar a renda territorial, valorização do patrimônio territorial e suas identidades, além de provocar inovações técnicas e, principalmente, inovações nos processos organizacionais (NIEDERLE, 2014).

Com base nesse viés, é possível compreender que essas mudanças provocam uma inovação do processo de negócio de todos os produtores envolvidos na IG, caracterizando uma inovação organizacional que pode ser gerenciada por um modelo de referência.

O processo de estruturação de uma IG não é trivial e envolve a participação de diversos atores e organizações (produtores, universidades, ONGs, INPI, SEBRAE, Embrapa, MAPA, entre outros) para viabilizar a execução de todas as etapas e atividades necessárias para o registro, sendo que estas podem ter anos de duração (VALENTE, PEREZ e FERNANDES, 2012).

Apesar do apoio e mobilização de diversos atores, a estruturação de IG é densamente caracterizada pela extensa duração e complexidade para a elaboração

de documentos e estudos bem fundamentados, requerendo assim de um processo de gestão que suporte todo esse período e permita que todos possam acompanhar e compreender o que está sendo realizado. Portanto, a questão deste trabalho é: como o modelo de referência para o desenvolvimento de produtos alimentícios pode ser aplicado no contexto do processo de estruturação de Indicações Geográficas para produto? Os objetivos apresentados a seguir delimitam o que será abordado no trabalho e o que se pretende alcançar como resultados.

#### 1.1. Objetivo geral

Desenvolver um modelo de referência para auxiliar a gestão do processo de estruturação de Indicação Geográfica para produto, tendo como base o processo de desenvolvimento de produto alimentício.

# 1.1.1. Objetivos específicos

- Identificar o conjunto de atividades que compõem o modelo de referência de um processo de desenvolvimento do produto alimentício;
- Descrever o processo de estruturação de Indicação Geográfica;
- Analisar as interações entre os processos;
- Propor um modelo para o processo de estruturação de IG.

# 1.2. Limitações da pesquisa

O presente trabalho é limitado pela proposta de um modelo para o processo de estruturação da IG, a qual não aborda questões a respeito de estimativas de tempo para execução de cada fase, estimativas de custo, detalhamento de ferramentas, métodos e técnicas para atingir o objetivo final de cada atividade, assim como o detalhamento dos atores responsáveis pela sua execução.

# 1.3. Metodologia da pesquisa

Este trabalho possui natureza de pesquisa aplicada, com o intuito de gerar conhecimento para a aplicação prática dirigida à solução do problema levantado, envolvendo as verdades e os interesses dos atores envolvidos nesse processo e, do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, envolvendo um levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais que atuam

com o tema, análises e proposta (PRODANOV & FREITAS, 2013).

Como método aplicou-se a pesquisa em fontes primárias, sendo caracterizadas pela pesquisa em documentos escritos ou não, e fontes secundárias, sendo caracterizada pela pesquisa bibliográfica (MARCONI e LAKATOS, 2003). As fontes primárias consultadas foram arquivos públicos, como as leis relacionadas a propriedade intelectual e instituições de ordem pública e privada, tais como Sebrae e MAPA. Na pesquisa bibliográfica foram consultadas publicações avulsas, jornais, revistas, livros, artigos científicos, teses, dissertações, catálogos e apostilas que abordam os temas de Indicação Geográfica e processo de desenvolvimento do produto.

Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo utilizando o método de entrevista, que para Marconi e Lakatos (2003), trata-se de um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas detenha informações sobre o assunto de interesse, mediante uma conversa de natureza profissional. Esse método auxilia na investigação social para ajudar na coleta de dados, diagnóstico ou tratamento do problema levantado (MARCONI & LAKATOS, 2003).

Além de entrevistas, também foram estruturados questionários na pesquisa de campo, aplicados com o intuito de avaliar o modelo proposto conforme a experiência de profissionais que conhecem o processo de estruturação de IG. Com isso, a pesquisa foi realizada nas seguintes etapas conforme a figura 1:

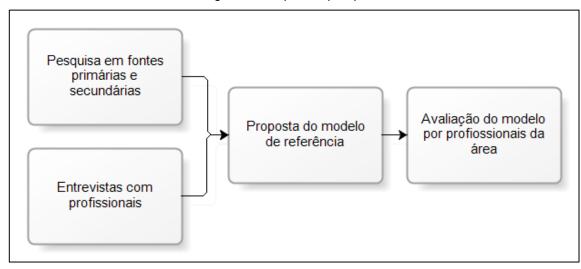


Figura 1 - Etapas da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

# 1.4. Estrutura da pesquisa

Este trabalho possui uma estrutura formada por:

- Capítulo 1 Introdução: apresentação do tema, problema, justificativa,
   objetivos gerais e específicos, limitações e estrutura.
- Capítulo 2 Revisão da literatura: levantamento do estado da arte do PDP, PDPA, contextualização das IG e seu processo de estruturação (PEIG).
- Capítulo 3 Relação entre o PDPA e o PEIG: análise da relação entre os processos.
- Capítulo 4 Proposta de um modelo de referência para o PEIG: modelo proposto com base no PDPA e o PEIG.
- Capítulo 5 Avaliação do modelo: neste capítulo consta o resultado de questionários aplicados a gestores que possuem conhecimento sobre o processo de estruturação da IG, a fim de avaliar o modelo proposto.
- Capítulo 6 Considerações finais: são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho realizado, assim como sugestões de trabalhos futuros.

# 2. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais conceitos que contribuem para o entendimento sobre o tema de Indicações Geográficas e o Projeto de Desenvolvimento de Produtos Alimentícios.

Portanto, esta revisão se inicia apresentando o conceito de IG, sua origem, a regulamentação desse registro no Brasil, o processo de estruturação conforme a norma ABNT NBR 16536 (2016), finalizando com os benefícios e impactos econômicos, sociais e ambientais desse signo.

A segunda parte da revisão aborda o estado da arte do PDP e do PDPA, assim como apresenta de forma detalhada o modelo de Santos (2004), utilizado como modelo específico de referência para alcançar o objetivo do trabalho, tendo em vista que a maioria das IG no Brasil são relacionadas a produtos agroalimentares.

# 2.1. Indicações Geográficas

# 2.1.1. Definindo Indicação Geográfica

Indicação Geográfica (IG) é um ativo de propriedade intelectual, e no Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) concede este registro a territórios cujos produtos ou serviços possuem uma reputação ou qualidade devidas exclusivamente ao meio geográfico em que estão inseridas (REIS, 2015).

Conforme a Lei de Propriedade Industrial nº 9.279 de 1996, p. 23, o registro de IG pode se dar na modalidade de indicação de procedência ou de denominação de origem:

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tenha tornado conhecido como centro de extração produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.

A diferença básica entre essas duas modalidades, interpretada pela figura 2, é que

a indicação de procedência (IP) depende da notoriedade do local de origem dos produtos e serviços, enquanto o reconhecimento de uma denominação de origem (DO) exige a comprovação de que o produto ou serviço possui uma qualidade, ou característica, que se deve unicamente por conta do meio geográfico de origem, considerando os fatores naturais (clima, solo, entre outros) e humanos (forma de produzir o produto, "saber fazer") (MAPA, 2014).



Figura 2 - Diferenciação entre IP e DO conforme a legislação brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em BRUCH (2008).

Apesar de serem distintas, essas modalidades da IG não apresentam uma hierarquia ou ordem de importância entre elas, sendo assim, equivalentes em termos de direito de propriedade intelectual (ABNT NBR 16536, 2016).

A IG se aplica a produtos do setor agroalimentar, que incorpora o segmento de produtos alimentícios e bebidas alcóolicas e não-alcóolicas, artesanato tradicional entre outros, assim como, para o setor de serviços, no qual os bens que ainda que imateriais são considerados como mercadorias (REIS, 2015). São poucos os países que reconhecem a IG para serviços, a maioria se aplica apenas a produtos.

Como exemplo de IG para produto, pode-se citar a Região do Cerrado Mineiro para café, cujas condições específicas de solo e clima, conferem características

únicas ao café da região, sendo sua autenticidade caracterizada por intensos aromas que variam de caramelo a nozes, com acidez levemente cítrica e sabor achocolatado de longa duração. A região delimitada contém 55 municípios com 3.500 produtores aptos a produzirem o café da Região do Cerrado Mineiro (SEBRAE, 2016).

Ainda conforme Sebrae (2016), essa foi a primeira região cafeeira a ser reconhecida como IG na modalidade de IP, em 2005. Em 2013 essa região também foi reconhecida na modalidade de DO.

Como exemplo de IG de serviços, pode-se citar o registro de indicação de procedência concedido ao Porto Digital para os serviços de tecnologia da informação. As empresas do parque tecnológico atuam no desenvolvimento, manutenção e suporte de sistemas de inteligência artificial, redes neurais, comércio eletrônico, jogos e entretenimento, consultoria em tecnologia e outros, e são caracterizadas por serem empresas cidadãs que perseguem objetivos de equidade, por meio de projetos de natureza social e levando em consideração as questões de sustentabilidade (SEBRAE, 2016).

Um outro exemplo é a potencial indicação de procedência depositada no INPI como serviço gastronômico do Barreado no Litoral do Paraná, que está em período de análise. O Barreado é um prato legítimo da culinária paranaense, cuja peculiaridade do seu preparo foi passada por meio da tradição oral e sua importância ultrapassa o modo de preparo e o sabor, sendo uma manifestação intimamente ligada a práticas culturais (SEBRAE PR, 2017).

No Brasil, as IG abrangem todas as cinco regiões nacionais. O INPI registrou até o primeiro semestre de 2017, um total de 54 nomes geográficos, aproximadamente 72% para produtos agroalimentares e 28% para artesanato, produtos industriais e serviço (INPI, 2017). O primeiro registro foi concedido na modalidade de Indicação de Procedência para a região reconhecida como Vale dos Vinhedos, em novembro de 2002 (INPI, 2017). A tabela 1 apresenta o número de registros por Unidades Federativas (UF), sendo muito importante evidenciar que o signo da IG reconhece um território especificamente delimitado, portanto, não abrange todo o território da UF em questão.

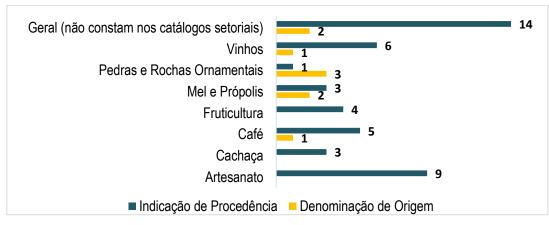
Tabela 1 - Número de IG por UF.

UF	Nº DO	Nº IP	Nº DE IG
AL	1	1	2
AM		1	1
BA		1	1
CE	1		1
ES		4	4
GO		1	1
MG	1	8	9
MS		1	1
MS/MT		1	1
PB		2	2
PE		2	2
PI		2	2
PR	1	4	5
RJ	3	2	5
RN		1	1
RS	2	9	11
SC	_	1	1
SP		3	3
TO	_	1	1
Total	9	45	54

Fonte: INPI, 2017.

O gráfico 1 apresenta esses registros de IG no Brasil separados de acordo com a publicação desenvolvida pelo Sebrae em parceria com o INPI, Catálogo das Indicações Geográficas e catálogos setoriais. O Catálogo de IG geral teve sua 5º edição lançada em 2016, que contou com a novidade de sete catálogos setoriais: artesanato, cachaça, vinho, fruticultura, mel e própolis, rochas e pedras ornamentais, café.

Gráfico 1 - Registros de IG no Brasil até julho de 2017.



Fonte: Elaborado pela autora baseado em Sebrae (2016).

É importante evidenciar que IG não é uma marca. As marcas (podendo estas serem coletivas, de certificação ou de produtos/serviços) identificam um bem ou serviço, cujas características são determinadas por uma empresa, cooperativa, associação ou qualquer outra instituição, que é responsável pela sua produção ou oferta (WIPO, 2013).

Já a IG identifica um bem ou serviço cujas características, qualidade e reputação são originadas devidas a uma área geográfica específica, sendo assim, uma proteção que é de direito de todos os produtores de uma região que produzem segundo as especificações da IG (BLAKENEY et al., 2012).

Contudo, um signo não é excludente do outro e ambos podem ser usados em conjunto. Um exemplo desta atuação é o registro da Marca Coletiva "Vinhos do Brasil", que é uma titularidade do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), cujo objetivo é promover o consumo de vinhos, espumantes e demais derivados de uva no mercado brasileiro, sendo que IG como a IP Farroupilha, IP Monte Belo, DO Vale dos Vinhedos, IP Pinto Bandeira, IP Altos Montes e IP dos Vales da Uva Goethe podem utilizar essa marca (IBRAVIN, 2017).

Figura 3 – Identidade Visual da Marca Coletiva "Vinhos do Brasil".



Fonte: Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN (2017).

Assim, um produtor de vinho que atenda aos requisitos tanto da IG, quanto da Marca Coletiva, pode usar ambos os símbolos em sua garrafa (MAPA, 2014).

# 2.1.2. Origem da Indicação Geográfica

O conhecimento sobre IG surgiu de forma gradativa, onde os produtores e consumidores foram percebendo características e sabores peculiares de determinados produtos originados em locais específicos (REIS, 2015).

Tais produtos apresentavam qualidades típicas e diferentes, as quais não eram encontradas em produtos semelhantes produzidos em outros locais, que podiam

ser atribuídas à sua região de origem, sendo reconhecidas pelo nome geográfico de sua procedência (DUPIM, 2015).

Na Idade Moderna, em 1756, os produtores do Vinho do Porto - localizados na Região Demarcada do Douro em Portugal, próximo a cidade do Porto - tiveram uma grande queda em suas exportações para a Inglaterra, ocasionada por produtores que também estava usando a denominação "Vinho do Porto", devido à grande notoriedade que havia ganhado (BARBOSA, 2011).

Para solucionar o problema, o Primeiro-Ministro do Reino, Marques de Pombal, tomou as seguintes medidas (DUPIM, 2015):

- Fez um reconhecimento e delimitou a área de produção;
- Criou a "Companhia dos Vinhos do Porto", na qual só fizeram parte os produtores da região do Porto;
- Mandou estudar e definir as regras de produção e as características do Vinho do Porto;
- Mandou registrar legalmente o nome do Porto para vinhos.

Essas medidas tinham o intuito de manter a reputação do vinho do Douro, garantir a qualidade da produção e limitar a dominação dos ingleses no comércio do produto dessa região, caracterizando a primeira denominação de origem protegida (BRUCH, 2008).

Para combater as falsificações das IG, países como a França, buscaram acordos para proteger seus produtos. Porém os acordos eram frágeis e difíceis de serem cumpridos. Também houveram tentativas de outros países em organizar tratados internacionais que protegessem não só as IG, mas também outros direitos de propriedade industrial. Como resultado dessa tentativa, em 1883 foi articulada a Convenção União de Paris (CUP), com o intuito de proteger a Propriedade Industrial (MAPA, 2014; REIS, 2015).

Foi na CUP que se determinou o primeiro acordo internacional em relação à Propriedade Intelectual, dando origem ao Sistema Internacional de Propriedade Industrial, cujos trabalhos tiveram início na cidade de Viena, contando com quatorze países signatários originais, sendo o Brasil parte deles (DUPIM, 2015).

A fim de um aprofundamento na proteção das IG, em 1891, firmou-se o Acordo de Madri para a repressão das falsas indicações de procedência, cujo objetivo era punir as indicações enganosas (MAPA, 2014). Segundo Reis (2015), apesar de ter sido acatado por 31 países, esse dispositivo não foi eficaz, pois não assegurava proteção da IG e não punia as importações de produtos falsificados.

Em uma tentativa de preencher as lacunas do Acordo de Madri e a fim de desenvolver um novo Registro Internacional de Marcas, em 1889 o acordo passou a se chamar Protocolo de Madri, tendo como objetivo principal diminuir a complexidade do processo para obtenção do registro de IG (SILVEIRA, 2007 apud REIS, 2015).

Em 1958, a CUP se reuniu novamente com o intuito de avançar no tema que trata da regulação das IG em níveis internacionais. Como resultado, firmaram o Acordo de Lisboa relativo à proteção das Denominações de Origem, que prevê uma proteção e reconhecimento das IG mediante um registro internacional (WIPO, 2013). É importante ressaltar que o Brasil não foi signatário nesse acordo.

Em 1967, segundo MAPA (2014), esses acordos passaram a ser administrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), cujo principal objetivo é estimular a proteção dos ativos de Propriedade Intelectual em todo o mundo por intermédio da cooperação entre os Estados.

Ainda em 1947, firma-se o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), que foi incluso na discussão da proteção da propriedade intelectual e das IG, o que se concretizou com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994. No âmbito dessa discussão, foi firmado o Acordo sobre os Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS ou ADIPC), obrigatório para todos os países da organização, estabelecendo a garantia da proteção das IG (MAPA, 2014).

# 2.1.3. Regulamentação de uma IG no Brasil

No Brasil, a legislação que rege as IG é sucinta, dispondo da Lei nº 9.279/1996, originada de uma adaptação de TRIPS para a legislação brasileira, da Instrução Normativa INPI Nº 25 de 21 de agosto de 2013, que regulamenta o registro da IG no Brasil e do Decreto nº 4.062 de 21 de dezembro de 2001, que protege as expressões "Cachaça" e "Brasil", conferindo o status de uma IG (MAPA, 2014).

A Lei nº 9.279/1996 regula os direitos e obrigações relativos a propriedade industrial, considerando o âmbito social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil, se aplica à concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, concessão de registro de desenho industrial e de marca, repressão às falsas indicações geográficas e a concorrência desleal, se aplica também ao pedido de patente ou de registro nacional ou proveniente do exterior (LEI 9.279/1996). As IG são abordadas do artigo 176 a 182 dessa lei.

A Instrução Normativa Nº 25 (IN 25), de 21 de agosto de 2013, considerando o aumento da importância das IG no cenário econômico e, a necessidade de garantir sua adequada proteção no Brasil, estabelece as condições para o seu registro no INPI.

As disposições a respeito dos requerentes do registro de IG estão apresentadas na IN 25, no artigo 5º, parágrafo 1 e 2, que estabelecem que podem fazer o requerimento as associações, os institutos, e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico estabelecidas no respectivo território.

Sobre o pedido de registro, o artigo 6º estabelece que o mesmo deve ser feito para apenas um nome geográfico e sob as condições estabelecidas pelo INPI. Assim, o pedido deverá conter (conforme a IN 25):

- Requerimento no qual consiste o nome geográfico e a descrição do produto ou serviço.
- Instrumento hábil a comprovar a legitimidade do requerente, conforme o artigo 5º.
- Regulamento de uso do nome geográfico.
- Instrumento oficial que delimita a área geográfica.
- Etiquetas, em caso de representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica, ou de representação de país, cidade, região ou localidade do território, assim como sua versão em arquivo eletrônico.
- Procuração.
- Comprovante do pagamento da retribuição correspondente.

No artigo 8º da IN 25 são apresentadas as condições para o pedido de Indicação de Procedência, que são:

- Documentos que comprovem ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação de serviço;
- Documento que comprove a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da Indicação de Procedência, bem como sobre o produto ou a prestação do serviço distinguido com a Indicação de Procedência;
- Documento que comprove estar os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou prestação do serviço.

No artigo 9º da IN 25 são apresentadas as condições para o pedido de Denominação de Origem, que são:

- Elementos que identifiquem a influência do meio geográfico, na qualidade ou características do produto ou serviço, que se devam exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.
- Descrição do processo ou método de obtenção do produto ou serviço, que devem ser locais, leais e constantes;
- Documento que comprove a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da denominação de origem, bem como sobre o produto ou prestação do serviço distinguido com a Denominação de Origem;
- Documento que comprove estar os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou de prestação do serviço.

Da entrega do registro e apresentação de petições de registro de IG, o primeiro passo é realizar o depósito no INPI.

Após apresentado o pedido de registro, este será protocolado e submetido a um exame formal. O pedido de registro será publicado e ficará à disposição da

manifestação de terceiros durante um prazo de 60 dias, após este prazo, o requerente terá mais 60 dias para contestar as manifestações de terceiros. Passado esse prazo, o exame do pedido é efetuado e o reconhecimento da IG pode ser deferido ou indeferido.

Também faz parte da legislação que rege as IG no Brasil, o Decreto nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001, que define as expressões "Cachaça", "Brasil" e "Cachaça do Brasil" como IG, restringindo o seu uso apenas para produtores residentes no país. Segundo o MAPA (2014), essa é a única IG brasileira protegida por decreto, isso porque o termo "Cachaça do Brasil" não é um nome geográfico, possui conotação geográfica vinculada ao território brasileiro. Portanto, para ser evitado o uso indevido dessa expressão no mercado internacional, tem-se o decreto como medida política para garantir o uso exclusivo aos produtores brasileiros da expressão "cachaça".

#### 2.1.4. Processo de estruturação de IG no Brasil

Tendo a Instrução Normativa nº 25 do INPI como um documento que estabelece as condições para o registro de IG, os interessados no seu reconhecimento formal dispõem da Norma ABNT NBR 16536:2016, para obter orientações e boas práticas para a estruturação de uma IG de produto. Conforme a Norma, essa estruturação é dividida em basicamente quatro tópicos, sendo estes:

- Diagnóstico de uma potencial IG;
- Fatores críticos para o projeto estruturante;
- Elementos do projeto estruturante;
- Organização da IG na etapa de estruturação.

O primeiro tópico abordado é o Diagnóstico de uma potencial IG, que consiste na realização de um diagnóstico para verificar o potencial de uma IG de produto, bem como identificar em qual modalidade a IG pode ser enquadrada (indicação de procedência ou denominação de origem).

De acordo com a norma (ABNT NBR 16536:2016), deve ser considerado nesse diagnóstico uma análise do produto, que corresponde ao nome do produto e da região a que pertence. Exemplo: "Hortaliças orgânicas do território Canturigaçu" (SEBRAE, 2013).

Em seguida tem-se a análise do território da produção, que deve conter informações breves sobre a abrangência do território, ou seja, área do território em quilômetros, quantidade e nome dos municípios, número de habitantes e demais características da população, como por exemplo, quantidade de habitantes em áreas rurais, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de agricultores familiares, número de famílias assentadas e demais informações sobre o território (SEBRAE, 2013).

Deve-se informar as características do produto que o diferencia dos demais produtos da mesma categoria. No caso da IP, convém identificar as características que o tornaram conhecido no mercado como vinculado a um território específico. No caso da DO, convém identificar as qualidades e características devidas ao local geográfico (ABNT NBR 16536:2016).

O diagnóstico também deve conter informações sobre o método de produção e a cadeia produtiva do produto, apresentando dados que caracterizam a produção em relação à potencial IG, podendo estes serem: volume capacidade e custos de produção, procedência das matérias-primas utilizadas, formas de produção, forma de controle da produção e dos produtos, embalagens e rotulagens utilizadas (ABNT NBR 16536, 2016).

Ainda sobre os dados da produção, convém identificar a memória do "saber fazer" do produto, assim como os elementos que determinam esse saber, que são específicos do produto da potencial IG.

Além disso, é necessário informar sobre a lei que regula a produção e os órgãos que são responsáveis pela certificação e auditoria, assim como, de forma breve, os cuidados com o local de produção que devem ser observados para a manutenção ou construção de uma nova planta de desenvolvimento do produto, como por exemplo, as questões relacionadas a solo, temperatura e outros (SEBRAE, 2013).

A análise da realidade atual do mercado da potencial IG é também um item que compõe o diagnóstico, cujos dados sobre volume e forma de comercialização, fornecedores, preço e clientes permitem uma verificação do potencial de agregação de valor aos produtores as oportunidades de mercado que surgiram ou as que tem potencial para acontecer (SEBRAE, 2013).

No diagnóstico deve-se expor sobre a estruturação de governança atual na

região em relação ao produto, cujo principal objetivo é identificar a forma de organização e representação local dos produtores.

A norma (ABNT NBR 16536:2016) também orienta para que faça parte do diagnóstico uma análise do grau de sensibilização e conhecimento dos produtores quanto aos conceitos, funcionamento, responsabilidades, benefícios e desafios para a execução do projeto de estruturação da IG. Assim como também verificar o comprometimento dos produtores quanto às responsabilidades e obrigações do projeto.

Por fim, é feita uma interpretação deste diagnóstico e três ações podem ser tomadas, conforme a Norma ABNT 16536:2016.

- Existe efetivo potencial para estruturação, desenvolvimento e consolidação, portanto, convém a formulação de um projeto específico para o reconhecimento formal de uma IP ou DO.
- Existe potencial para a IG ser estruturada, porém são necessárias ações para efetivar esse potencial. Essas ações podem ser relativas a algum item do diagnóstico que demonstrou necessidade de melhora, como por exemplo, motivação dos produtores, melhoria da qualidade da produção, adequação a aspectos legais da produção, entre outros.
- Não existe potencial para a estruturação da IG, e consequentemente, para o seu reconhecimento formal.

O segundo tópico da norma apresenta os fatores críticos para o projeto de estruturação, que giram em torno do compromisso dos produtores com o projeto, atuação harmônica dos produtores locais, envolvimento dos demais atores das comunidades locais, sendo estes dos setores técnico-científicos, econômicos e sociais, captação de recursos financeiros e tempo de execução das diferentes etapas e ações do projeto de estruturação e reconhecimento da IG (ABNT NBR 16536, 2016).

É importante ressaltar que desta etapa são originados dois documentos exigidos pelo INPI para o registro de uma IG:

- Documento comprobatório do legítimo interesse do solicitante.
- Documento de comprovação do envolvimento dos atores.

Esses documentos são construídos com base em documentos oficiais da localização individual de cada um dos produtores, extratores ou fabricantes do produto notório da região delimitada, informações sobre instituições representativas, informações sobre instituições de apoio e quantidade de indústrias e produtores envolvidos (ABNT NBR 16536:2016).

O terceiro tópico da norma aborda os elementos do projeto estruturante, que se referem ao reconhecimento da relação do produto com a área geográfica, cujas orientações variam para a modalidade de IP e DO, delimitação da área, nome geográfico, signo, definição do Regulamento de Uso e Sistema de Controle.

Na modalidade de IP, esse reconhecimento é caracterizado por uma descrição precisa das características do produto em termos de reputação, notoriedade, qualidade, que são específicas e atribuíveis à sua origem geográfica, assim como a especificação da área de produção e das etapas de todo o processo produtivo e da origem da matéria prima.

Na modalidade de DO, a descrição do produto deve evidenciar as qualidades e características devidas ao meio geográfico, levando em consideração os fatores naturais e humanos, assim como a especificação da área de produção e a descrição do meio geográfico relacionado ao produto.

Ainda na modalidade de DO e IP, deve-se considerar na descrição do processo ou método de obtenção do produto, as seguintes características (ABNT NBR 16536:2016):

- I. Ser local, ou seja, ocorrer na área geográfica delimitada da DO.
- II. Ser leal, o produto deve cumprir com as condições estabelecidas no Regulamento de Uso, com a garantia do sistema de controle.
  - III. Ser constante quanto à forma de produção.

Outro item do processo de estruturação é a delimitação da área geográfica que contém as condições para a elaboração, transformação, extração, produção ou fabricação do produto, contemplando assim, a área onde está localizada a produção da potencial IG. Neste item é gerado um instrumento oficial que delimita a área geográfica, exigido pelo INPI para o depósito do pedido de registro de IG.

Conforme a norma ABNT NBR 16536:2016, para a indicação de procedência,

a área geográfica delimitada representa uma região que, por conta de uma reputação, qualidade ou características, tem um produto conhecido por sua produção, elaboração ou transformação. E para a denominação de origem, a área estabelece os limites geográficos de uma região em que existem condições que possibilitem a obtenção de um produto com qualidades ou características devidas exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, seus fatores naturais e humanos.

No processo de estruturação, também deve-se estabelecer um signo que represente os produtos da potencial IG. Esse signo consiste na elaboração de uma etiqueta de representação gráfica, com base nos elementos visuais característicos da IG, que resulta no selo da IG e no manual de uso deste selo (ABNT NBR 16536:2016).

Outro item importante é a definição do nome geográfico a ser protegido. Este nome é o que se tornou conhecido e que vincula o produto à região, designando a área geográfica de origem da IG (ABNT NBR 16536, 2016). Convém ainda verificar a necessidade de proteção do nome geográfico, assim como a definição de medidas preventivas quanto ao seu uso inadequado (uso por produtores que não seguem o regulamento de uso, ou não fazem parte da IG).

Um dos itens mais importantes da norma (ABNT NBR 16536, 2016), e cuja apresentação no INPI é indispensável para o reconhecimento formal da IG, é o Regulamento de Uso, que consiste na definição dos procedimentos, regras, controles, especificidades e todas as condições requeridas para a caracterização do processo e do produto da IG.

Sendo assim, o Regulamento de Uso deve conter o nome geográfico da IG, descrição do produto, suas categorias, características, área geográfica delimitada, detalhamento do sistema de produção e da cadeia produtiva, assim como a descrição do método de produção e o "saber fazer" local, além de uma completa descrição das regras para utilização do signo distintivo da IG na rotulagem do produto, juntamente com os padrões de embalagem e os padrões para o uso da identidade visual (ABNT NBR 16536:2016).

O Regulamento de Uso também deve conter a definição de uma estrutura de controle, gestão, defesa e promoção da IG, assim como os direitos e deveres dos produtores, e um descritivo das ações de penalidade em face ao não atendimento das exigências do regulamento.

A definição do regulamento de uso é uma das etapas mais críticas do processo de estruturação, uma vez que pelas suas exigências técnicas, requisitos geográficos, custos e investimentos adicionais, podem excluir alguns produtores do direito de uso da IG (VELENTE, PEREZ e FERNANDES, 2013).

A definição de um Sistema de Controle é necessária e indispensável para garantir o cumprimento das exigências do regulamento.

O quarto tópico da norma diz respeito à organização da IG na etapa de estruturação, que consiste na organização formal dos produtores, assim como detalhamento da estrutura de gestão, controle, defesa, promoção e sistema de controle (ABNT NBR 16536, 2016).

Esse tópico considera ações práticas quanto a implementação de políticas e planos que divulguem a IG e tenham um impacto sobre a valorização da região, da cultura, do patrimônio construído, do "saber fazer" local, além da promoção da proteção da área geográfica delimitada, fomento das cadeias associadas ao produto da potencial IG e o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Todos os tópicos apresentados acima são uma orientação da norma ABNT NBR 16536:2016 para realização do processo para o reconhecimento formal da IG junto ao órgão competente. No Brasil, o órgão competente é o INPI, e os documentos exigidos para o depósito do pedido são:

- Estatuto do documento ou legitimidade do substituto processual;
- Comprovação de que os produtores estão estabelecidos na área geográfica delimitada;
- Descrição do produto;
- Regulamento de uso;
- Comprovação da estrutura de controle;
- Instrumento oficial de delimitação da área geográfica;
- Signo distintivo;

Para indicação de procedência:

Comprovação de que o nome geográfico se tornou conhecido;

Para denominação de origem:

- Comprovação da influência do meio geográfico no produto;
- Descrição do processo ou método de obtenção do produto;

#### 2.1.5. Benefícios e impactos econômicos, sociais e ambientais

O reconhecimento formal de uma IG pode trazer vantagens para o produtor, consumidor, economia da região e do país, agregação de valor ao produto ou aumento da renda do produtor, acesso a novos mercados internos e exportações (benefícios econômicos), inserção de produtores ou regiões desfavorecidas (benefícios sociais e culturais), além da preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos locais e a preservação do meio ambiente (benefícios ambientais) (MAPA, 2014).

Porém, também pode trazer efeitos negativos em uma produção ou em todo um território, pois, há o risco de o reconhecimento do produto ocasionar uma sobre-exploração dos recursos da terra, o que faz com que alguns sistemas agrícolas não consigam responder ao crescimento da demanda (VANDECANDELAERE et al., 2010).

Receber o registro não é garantia de que a IG terá de imediato um espaço no mercado, esse processo depende primeiramente de um bom gerenciamento e um grande esforço de promoção da IG, movimentando todas as atividades e serviços complementares da região para evidenciar o valor do seu produto (MAPA, 2014).

Construir uma estratégia para a IG significa garantir a existência do produto. É necessário organizar as partes interessadas através de um sistema de gestão adaptado ao produto e realidades locais com capacidade de gerir a estratégia de valor ao longo da cadeia econômica (REIS, 2015).

Segundo Blakeney et al. (2012), para que a estratégia funcione, é necessário ter uma organização dos *stakeholders* (partes interessadas), que garanta a rastreabilidade e a conformidade do produto com as especificações do regulamento de uso, além de assumirem a responsabilidade com a qualidade e comunicação com o mercado.

A IG pode ser vista como uma ferramenta de desenvolvimento local, pois

quando um território recebe a proteção de indicação geográfica, a comunidade local pode ser impactada de diversas maneiras positivas (BLAKENEY et al., 2012):

- Aumento da demanda, provocando um aumento da produção e criação de empregos.
- Auxilio para os produtores a fim de manterem o preço ou conseguirem um preço melhor pelos seus produtos em troca das garantias oferecidas aos consumidores em matéria-prima, métodos e qualidade.
- Redistribuição do valor agregado na cadeia de produção: desde o produtor da matéria-prima até o produtor final. Com a indicação geográfica, todos os produtores serão recompensados pelos seus esforços em manter a qualidade. Essa estratégia de diferenciação, explorada coletivamente por fazendeiros, permite a obtenção de preços mais elevados, comparados com os produtos padrão os quais costumam produzir.
- Com a valorização que os produtos adquirem mediante o reconhecimento da região, o país pode ganhar uma reputação.

Para alcançar essas vantagens, MAPA (2014) elenca alguns fatores importantes para garantir o sucesso de uma IG:

- Ter uma organização de produtores e agentes territoriais capacitada para promover e proteger o produto.
- Ter produtos com reputação e/ou características que sejam reconhecidas e valorizadas pelos consumidores do mercado.
- Apresentar um potencial de coordenação da cadeia produtiva e dos diferentes elos da cadeia.
- Ter apoio financeiro e técnico nas fases iniciais de reconhecimento, implantação e manejo das IG.
- Providenciar uma promoção nacional sobre IG.
- Garantir uma organização das leis de fiscalização em nível federal e estadual, assim como desenvolver estudos no sentido de preservar a tipicidade dos produtos.

Desenvolver políticas públicas de reconhecimento e manutenção das IG.

No Brasil, pode-se citar como exemplo a Indicação de Procedência (IP) Vale dos Vinhedos, situada no Estado do Rio Grande do Sul, na região da Serra Gaúcha, abrangendo parte do território dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Responsável pela produção de vinhos finos e espumantes, essa IG carrega uma bagagem histórica de mais de 130 anos da imigração italiana no Brasil e o seu reconhecimento levou a uma melhoria da gestão do espaço da vitícola, aumento do preço das terras (200 a 500% de valorização), geração de postos de trabalho e uma melhor gestão territorial, além da valorização do vinho no mercado (SEBRAE, 2016).

Sobre os dados econômicos que refletem o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos com o registro da IG, MAPA (2014) apresenta que em 2008 foram comercializadas 8,5 milhões de garrafas de vinhos e espumantes, representando 20% dos vinhos finos e 25% dos espumantes comercializados pelos produtores da região. Além disso, o Brasil exportou em 2007 quase 3 milhões de garrafas de vinhos finos, sendo desses 22% com IP, o que sugere o reconhecimento da qualidade atribuída ao produto nacional e internacionalmente.

#### 2.2. Processo de Desenvolvimento do Produto (PDP)

Nas últimas décadas, o desenvolvimento de novos produtos tem se revelado como um processo cada vez mais crítico para as empresas que querem se manter competitivas no mercado. No cenário atual, é preciso desenvolver mais produtos em um curto período de tempo, sendo que estes estão vulneráveis às mudanças de necessidades e gostos dos clientes, ao emprego de novas tecnologias, além de uma concorrência que não está limitada ao nível local, mas também ao nível mundial (JUGEND e SILVA, 2013).

O sucesso ou fracasso no lançamento de novos produtos e na busca pela competitividade no mercado depende fortemente de vários fatores que podem ser classificados em três grupos principais, de acordo com Baxter (1998).

O primeiro grupo é a orientação para o mercado, no qual o produto deve ser diferenciado entre os seus concorrentes e ter características que sejam valorizadas pelos consumidores.

O segundo grupo aborda estudos de viabilidade e especificação. Os estudos de viabilidade técnica devem abranger a disponibilidade de materiais, componentes, processos produtivos e mão-de-obra qualificada. Os estudos de viabilidade econômica reverem-se a necessidades de investimentos, custos e retorno do capital.

O último grupo diz respeito à qualidade do desenvolvimento, que deve se manter alta em relação às atividades técnicas ligadas ao desenvolvimento de novos produtos, devendo haver um grande nível de cooperação entre o pessoal técnico e outras áreas.

O processo de negócio – conjunto de atividades que transformam recursos em uma entrega de valor - que tem sido importante para que as empresas possam atender a esses fatores, aderir novas tecnologias, se integrar a outros produtos/usos e se adequar a novos padrões/restrições legais, contribuindo com a competitividade da empresa, é o Processo de Desenvolvimento de Produtos - PDP (PAULA e MELLO, 2013).

O PDP consiste em um conjunto de atividades desenvolvidas para definir as especificações de projeto de um produto e de seu processo de produção, para que o mesmo possa ser produzido e lançado no mercado. Essas atividades têm como

impulso as necessidades do mercado e as restrições e possibilidades tecnológicas, levando em conta as estratégias competitivas da empresa e do produto (ROZENFELD et al., 2006).

As decisões tomadas nas fases iniciais do PDP abordam as principais soluções construtivas e especificações do produto, que chegam a representar mais de 70% do custo final do produto (BACK et al., 2008). Isto porque é nesse momento que são determinados os materiais e as tecnologias a serem utilizados, os processos de fabricação e demais requisitos.

Deste modo, o PDP é a interface entre as necessidades do mercado e as capacidades da empresa, que busca gerar soluções para os problemas encontrados ou situações prospectadas no mercado, alinhadas com os objetivos estratégicos da empresa. Para Rozenfeld et al. (2006), um processo eficaz e eficiente de gestão necessita ser implementado com base em um modelo de referência.

Um modelo de referência é utilizado para especificar um padrão de etapas e atividades para o desenvolvimento de todos os produtos de uma empresa. Assim, o projeto de cada produto, apesar de suas características particulares, tem como base as etapas e atividades definidas no modelo, de forma a manter um linguajar comum na empresa e permitir a reutilização de elementos desenvolvidos em outros projetos (ROZENFELD et al., 2006).

O uso de um modelo de referência para o PDP contribui para representar o seu ciclo de vida, que compreende uma sequência de fases desde a busca de oportunidades no mercado, o projeto, a fabricação, até o uso e descarte, fornecendo um meio formal e sistemático, integrado aos demais processos empresariais e também aos fornecedores da cadeia de valor e clientes finais, para executar e controlar o processo de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de produtos (BACK et al., 2008).

Back et al. (2008) afirma que atualmente o gerenciamento de projetos por meio de um modelo de referência tem abrangência para ser aplicado em todas as áreas das atividades humanas, oferecendo condições para o planejamento e a tomada de decisões em diversas situações.

Existem vários modelos na literatura que se apresentam muito similares e cujas diferenças são devidas à visão de cada autor. De acordo com Amaral (2002),

estes podem ser divididos em: modelos de referência e modelos específicos.

Os modelos de referência são elaborados com base nas melhores práticas do PDP, a fim de representar uma aplicação geral que pode ser utilizada como referência para o desenvolvimento de modelos específicos, que são modelos de referência que foram adaptados para a representação de um projeto de uma empresa específica (AMARAL, 2002).

Tanto os modelos de referência, quanto os modelos específicos, estão sujeitos a alterações para se adaptarem à empresa de um determinado nicho de mercado, assim como alterações para se adaptarem a um tipo de projeto de PDP de uma empresa.

Essa necessidade e diferença entre os diferentes níveis de aplicabilidade dos modelos são apresentadas na figura 4, onde pode ser observado que o número de atividades varia conforme o nível e complexidade em que o modelo é aplicado.

Modelos de referência genéricos Diferenciados por uma combinação de fatores, como: setor, tecnologia, estratégia de fornecimento, responsabilidade, grau de inovação, etc... Setor B Setor B Setor A,B Setor A Setor A T: mecatrônica T: mecânica T: eletrônica Estrat: MTS T: montagem Estrat: MTS Estrat: ETO Estrat: MTO Modelos de referência específicos Empresa D Empresa A Empresa B Empresa C Projeto 1 Projeto 2 Projeto 3 Projetos derivados de um modelo de referência específico

Figura 4 - Diferença entre modelos de referência genéricos e modelos de referência específicos.

Fonte: Rozenfeld et al., 2006, p 469.

Conforme observado na figura anterior, cada tipo de projeto demanda um modelo de referência específico, e segundo Rozenfeld et al. (2006) existem basicamente três tipos de projetos de desenvolvimento de produtos: radicais, plataforma ou próxima geração e incrementais ou derivados.

Os projetos radicais envolvem grandes modificações no projeto do produto ou processo existente, incorporando novas tecnologias e materiais, podendo gerar uma nova categoria ou família de produtos para a empresa.

Os projetos plataforma ou próxima geração apesentam alterações no projeto do produto e/ou do processo, sem incorporar novas tecnologias e materiais, porém, representando um novo sistema de soluções para o cliente.

Os projetos incrementais ou derivados envolvem projetos que criam produtos e/ou processos que são derivados, ou com pequenas modificações, em relação a projetos já existentes. Esses projetos incorporam versões de redução de custo com inovações incrementais, e requerem menos recursos, uma vez que partem de produtos ou processos já existentes.

Uma vez que existem vários modelos específicos para representar e auxiliar no gerenciamento de diferentes tipos de projetos, este capítulo segue com a apresentação do processo de desenvolvimento de produto alimentício (PDPA) e um modelo específico para a sua gestão, proposto por Santos (2004), sendo este uma referência importante para atingir o objetivo da questão norteadora deste trabalho.

#### 2.2.1. Processo de Desenvolvimento do Produto Alimentício (PDPA)

O desenvolvimento de produtos alimentícios esteve sempre atuando como impulsionador da indústria de alimentos, por meio dos fazendeiros planejando uma nova colheita, os padeiros desenvolvendo um novo pão, os cozinheiros e as donas de casa criando novas receitas, além de diversos atores que fazem parte dessa história do desenvolvimento de produtos alimentícios (EARLE, 1997).

Segundo Earle (1997), os fatores chave que contribuíram para o surgimento do processo de desenvolvimento de produtos alimentícios (PDPA) foram:

- Novos processos de produção, novos métodos de preservação e novos canais de distribuição.
- O aumento da ênfase do mercado, desenvolvimento de receitas e da produção on-line.
- Pesquisa de mercado, consideração das necessidades dos clientes e desenvolvimento de novos ingredientes.

 Integração das atividades do mercado, pesquisa dos consumidores e novas tecnologias.

Assim, com a influência desses fatores, os processos e produtos da indústria do ramo alimentar evoluíram, permitindo o surgimento de classificações dos alimentos de acordo com o nível de processamento ou de acordo com as tendências do processo de desenvolvimento de produtos (SANTOS, 2004).

A classificação de acordo com o nível de processamento é apresentada por Linnemann et al. (1999), e possui três níveis: alimentos *in natura*, alimentos prébeneficiados ou minimamente processados e alimentos processados.

Conforme essa classificação, os alimentos *in natura* estão no primeiro nível da cadeia de alimentos e podem ser utilizados como insumos para a fabricação de outros produtos, ou podem ser adquiridos diretamente por consumidores. Por compor o primeiro nível da cadeia, os produtos dessa classificação influenciam todos os outros níveis, o que faz com que a seleção da tecnologia utilizada para o PDPA seja totalmente influenciada pelas características do alimento *in natura*, que irá influenciar as características do produto final (SANTOS, 2004).

Os alimentos pré-beneficiados ou minimamente processados são alimentos que compõem o segundo nível da cadeia alimentar e correspondem aos alimentos *in natura* que passam por algum processo de transformação, geralmente processos de tratamento térmico com o objetivo de aumentar o tempo de vida útil ou processo de separação (filtração, centrifugação, entre outros). São fontes de matéria-prima para a indústria ou são adquiridos pelo consumidor com apelo de conveniência (SANTOS, 2004).

Os alimentos processados compõem o terceiro nível da cadeia e são caracterizados como produtos finais, uma vez que passam por um processo de fabricação, e têm sua origem no primeiro e segundo nível da cadeia de fornecedores (SANTOS, 2004).

A segunda forma de classificação é por meio das tendências do PDP, que conforme Linnemann et al. (2006), são:

 Produto "Me-too": basicamente o mesmo produto que um existente no mercado, porém produzido por outra empresa, sendo que esta categoria representa o maior grupo de novos produtos alimentícios.

- Extensão de linha: são novas formas de um produto já existente, como por exemplo, novo aroma para um produto ou um novo sabor para uma família de produtos. O processo de desenvolvimento desses produtos demanda pouco esforço e tempo, e pode requerer pequenas mudanças no processo de manufatura, na estratégia de marketing e nas técnicas de armazenamento e manipulação.
- Produtos existentes reposicionados: são produtos já existentes que recebem uma nova aplicação ou utilidade. Como por exemplo, pelo aumento da busca de produtos saudáveis pelos consumidores, a marca de uma margarina foi reposicionada devido ao seu elevado teor natural de Vitamina E. O tempo para o reposicionamento de um produto é mínimo, e o maior esforço é feito pelo departamento de marketing.
- Nova forma de produtos existentes: são produtos existentes que foram alterados para uma nova forma (granulado, congelado, desidratado, entre outros), como por exemplo frutas desidratadas. O processo de desenvolvimento desses produtos pode requerer um longo período de tempo, por conta das propriedades físicas que sofrem grandes alterações.
- Reformulação de produtos existentes: são produtos com uma nova formulação, que pode ser aplicada por motivos de redução de custos de ingredientes ou disponibilidade de novos ingredientes que melhoram o produto. Como por exemplo produtos com melhor cor, sabor, mais fibras, menos porcentagem de gordura, entre outros. Essa reformulação demanda um curto período de tempo para o seu desenvolvimento.
- Nova embalagem de produtos existentes: aborda novos conceitos de embalagem, como por exemplo o desenvolvimento da técnica de embalagens de atmosfera modificada que criou oportunidades para prolongar a vida útil de produtos alimentares. Quanto ao processo de desenvolvimento do produto, essa categoria pode requerer reformulações do produto para novas aplicações, além de um grande investimento em equipamentos de embalagens.

- Produtos Inovadores: esses são produtos que resultam de mudanças em produtos já existentes, as quais não foram abordadas em nenhuma das classes anteriores. Essas mudanças devem agregar valor aos produtos, e demandam do processo de desenvolvimento um longo tempo para tratar das mudanças que serão aplicadas.
- Produtos criativos/Novos produtos: essa categoria diz respeito a criação e lançamento de novos produtos. Como por exemplo, as novas proteínas que substituem as carnes, e são produzidas por meio de proteínas vegetais. Estes produtos requerem um extensivo processo de desenvolvimento, que tende a ser caro e tem risco de falha.

Essas classificações são importantes pois, se forem relacionadas com um modelo de referência para o PDPA, elas podem auxiliar as empresas a formarem novas estratégias para a ampliação ou atualização do portfólio de produtos que atendam as novas necessidades dos consumidores, que estejam alinhadas com a estratégia da empresa, permitindo a inovação e preparação para competir no mercado.

O processo de desenvolvimento para introduzir novos produtos alimentícios no mercado necessita para a sua prática plantas pilotos e diversos laboratórios de apoio às atividades, além de uma expertise que normalmente é encontrada nas grandes empresas, e quando se trata de pequenas e médias empresas, identifica-se uma grande dificuldade em relação a esse processo, pois, em sua maioria apresentam falta de estrutura, conhecimento, profissionais capacitados, poucos recursos financeiros e dificuldade de gerenciamento das atividades (SANTOS, 2004).

O PDPA é um processo de negócio que assim como os modelos do PDP, pode ser diferente de acordo com o setor, a empresa e o tipo de projeto. O modelo de referência escolhido para apresentar este processo foi proposto por Santos (2004) e é descrito no tópico a seguir.

## 2.2.2. Apresentação do modelo do processo de desenvolvimento de produtos Alimentícios – PDPA

O modelo proposto por Santos (2004) para apresentar o PDPA enfatiza o inter-relacionamento entre as atividades e tarefas do projeto do produto e do projeto

do processo, e os critérios estabelecidos pela autora para sua definição foram:

- Uma representação baseada na visão por processo;
- Ter uma visão de todo o processo de desenvolvimento do produto através da unidade visual de representação gráfica e descritiva;
- Subdivisão do PDPA em macro fases, fases, atividades e tarefas;
- Indicação de uma sequência lógica das fases e atividades;
- Apresentação do que deve ser feito ao longo do processo, ou seja, as atividades e tarefas, apoiadas nos princípios de engenharia simultânea;
- Definição das informações necessárias à realização das atividades, apresentadas sob a forma de métodos, ferramentas e documentos de apoio;
- Definição das avaliações que marcam o término das fases e definem os resultados desejados para a mudança de fase;
- Registro das lições aprendidas no final de cada fase.

O modelo do PDPA é apresentado por macrofases, fases, domínios de conhecimento e saídas (figura 5). As macrofases são: pré-desenvolvimento, desenvolvimento de produtos, pós-desenvolvimento.

Na macrofase de pré-desenvolvimento é realizado o planejamento estratégico do processo de desenvolvimento de produtos na indústria alimentícia, do portfólio de produtos e do planejamento para cada produto do portfólio.

A macrofase de desenvolvimento do produto é composta por seis fases. A primeira é a fase de Projeto Informacional, tendo como saída, as especificações técnicas de projeto. A fase de Projeto Conceitual tem como resultado a concepção do produto e do processo. O Projeto Preliminar tem como resultado o protótipo do produto e do processo. Em seguida, o projeto detalhado, tendo como saída o projeto detalhado da planta industrial. A fase seguinte é a de Preparação da Produção, tendo como saída a liberação do produto e do processo. Em seguida, tem-se o lançamento, cuja saída é o lote comercial.

Na macro fase de pós-desenvolvimento tem-se a fase de uso e lançamento do produto no mercado.

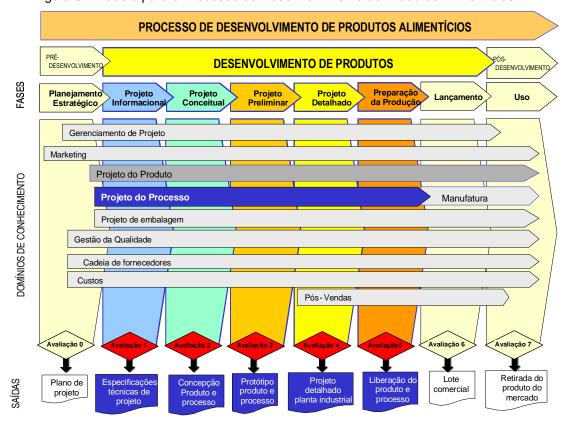


Figura 5 - Modelo para o Processo de Desenvolvimento de Produtos Alimentícios.

Fonte: Santos (2004).

No desdobramento deste modelo (Apêndice B), cada fase é descrita através de atividades, tarefas, entradas, saídas, métodos, ferramentas e documentos de apoio. Conforme Santos (2004), as tarefas e atividades representam "o que" precisa ser feito, e os métodos e as ferramentas representam "como fazer". As entradas e saídas representam os recursos, informações, documentos que foram utilizados ou que resultaram de cada fase.

A descrição de cada fase do modelo de referência para o PDPA é apresentada nos itens a seguir.

#### 2.2.2.1. Fase 1 - Projeto Informacional

O objetivo desta fase é, a partir das definições do escopo, atividades e restrições que compõem o Plano de Projeto, desenvolver um conjunto de informações, o mais completo possível, que gerará as especificações técnicas do projeto do produto e do projeto do processo.

Essas informações, além de orientar a geração de soluções, servem como

base para a definição das características que o produto deverá ter para atender às necessidades dos clientes, assim como as características do processo de transformação desse produto (ROZENFELD et al., 2006).

Para alcançar esse resultado, é necessário compreender o problema do projeto, fazer um levantamento sobre os consumidores, suas necessidades, requisitos e as restrições do projeto para produzir o produto (SANTOS, 2004).

#### 2.2.2.2. Fase 2 - Projeto Conceitual

Na fase de projeto conceitual, o principal objetivo é gerar soluções alternativas que atendam as especificações de projeto e de processo definidas. Assim, a equipe de projeto irá criar várias soluções alternativas e testá-las ao longo do processo de projeto, a fim de selecionar a melhor e mais inovadora concepção para o produto e para o processo (BACK et al., 2008).

O início ocorre com a modelagem funcional do produto, ou seja, definição da estrutura de funções do produto, e posteriormente, são propostos os princípios de solução para cada função (ROZENFELD, 2006). No caso do PDPA, os elementos modelados são: o processo, a formulação e a embalagem (SANTOS, 2004).

Os princípios propostos são combinados a fim de gerar alternativas com uma arquitetura que contém a estrutura do produto em termos dos componentes e suas conexões. Essas arquiteturas, quanto mais desenvolvidas, dão origem às concepções do produto. Dessas alternativas geradas, será escolhida a que melhor atende às especificações-meta (ROZENFELD, 2006).

Ao final dessa fase, é realizado uma avaliação sobre a concepção do produto e do processo, cujo resultado pode cancelar o projeto, revisar ou aprovar para a fase seguinte.

#### 2.2.2.3. Fase 3 – Projeto Preliminar

O modelo de Santos (2004) considera que a fase de projeto preliminar é necessária para o estabelecimento da formulação final do produto, layout final do processo e avaliação da viabilidade econômica do projeto.

Esta fase tem como objetivo gerar um protótipo do processo e um protótipo do produto, baseados na concepção do produto e do processo obtidas na fase de

projeto conceitual.

#### 2.2.2.4. Fase 4 – Projeto Detalhado

A fase de projeto detalhado do PDPA tem como principal objetivo o detalhamento da planta industrial para a fabricação do produto que está sendo desenvolvido, assim como gerar toda documentação do produto e do processo (SANTOS, 2004).

Portanto, nesta fase elabora-se o plano do projeto detalhado, realiza-se o detalhamento do projeto da planta de produção industrial, assim como o detalhamento dos custos de instalação da planta e do processo de produção. Esta fase se encerra com a solicitação do registro do produto, monitoramento das informações de fontes internas e externas, atualização do plano de projeto e registro dos conhecimentos e lições aprendidas.

#### 2.2.2.5. Fase 5 - Preparação da produção

Essa fase é apresentada por Santos (2004) como necessária apara encerrar o projeto do processo no PDCA. Nela ocorre a instalação da planta industrial, planejamento da produção e detalhamento do processo produtivo em manuais, assim como o detalhamento das especificações técnicas do produto, produção do lote piloto e capacitação da mão de obra, tendo como principal objetivo, a liberação do produto e do processo.

Assim, a preparação da produção é a última fase do desenvolvimento do produto, sendo que a próxima macrofase, denominada pós-desenvolvimento, tem como fases o lançamento do produto, caracterizada pela liberação do lote piloto, e a validação do produto no mercado.

Tendo sido realizada a revisão dos conceitos de IG, PDP e PDPA, parte-se para a segunda etapa da pesquisa, caracterizada primeiramente pela análise da relação entre os processos apresentada no capítulo 3, e a proposta de um modelo de referência para o PEIG, apresentada no capítulo 4.

### 3. RELAÇÕES ENTRE O PDPA E O PEIG

Com base na apresentação do estado da arte dos conceitos de IG e do PDPA, pode-se inferir que todo o processo do reconhecimento formal da IG associa-se a um processo de reestruturação dos sistemas produtivos, orientado para atender um determinado padrão de qualidade e características específicas, sendo que, o objetivo global dessa ação provocada pela IG se constitui nos seguintes pilares (segundo Niederle, 2014):

- Agregação de valor e acesso a mercados;
- Inovações técnicas e organizacionais;
- Valorização do patrimônio territorial.

Sendo assim, o PEIG se associa ao PDPA, uma vez que pode ser interpretado como uma ação da categoria de produtos existentes reposicionados, que conforme apresentado no capítulo 2, consiste na aplicação de uma nova abordagem para o produto tendo em vista um reposicionamento do produto no mercado, esse ponto, atende especificamente ao pilar de agregação de valor e acesso a mercados da IG. Além disso, o PEIG também se associa a categoria de nova embalagem de produtos existentes, uma vez que provoca inovações quanto as técnicas de embalagem e identidade visual do produto que será reposicionado.

Além disso, o pilar de inovações técnicas e organizacionais permite uma interpretação de melhorias incrementais no processo produtivo e principalmente nos processos organizacionais dos produtores da região, o que caracteriza ações de um projeto incremental, assim como classificado por Rozenfeld et al. (2006).

O levantamento dessas relações entre o PDPA e o PEIG, permite considerar que o processo formal de reconhecimento de uma IG pode ser estruturado por meio de um modelo de referência uma vez que, este trata-se de um projeto incremental, de uma inovação organizacional, para o reposicionamento de um produto já existente para um mercado específico.

Para melhor visualizar as relações entre os processos foi desenvolvida uma estrutura de representação do PEIG assim como é feito atualmente, elencando-o em fases, atividades, tarefas e especificando cada uma.

A metodologia utilizada para construir esta estrutura foi a realização de entrevistas não estruturadas com analistas e gestores do tema do Sebrae e a consulta aos seguintes documentos:

- Instrução Normativa nº 25;
- Lei de Propriedade Industrial nº 9.279;
- ABNT NBR 16536:2016;
- Guia do consultor Sebrae Diagnóstico de IG;

Como resultado dessas consultas e entrevistas, elaborou-se o modelo da tabela 2, que é apresentado de forma detalhada no Apêndice A.

Tabela 2 - Estado atual do modelo do PEIG.

FASE 1	REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE UMA POTENCIAL IG DE PRODUTO		
	Atividade 1.1	Elaborar Diagnóstico da potencial IG de produto	
	Atividade 1.2	Interpretar o diagnóstico	
FASE 2	<b>ESTRUTURAÇ</b>	AO DA IG	
	Atividade 2.1	Sensibilizar, esclarecer e motivar os produtores	
	Atividade 2.2	Levantar os fatores críticos do projeto de estruturação	
	Atividade 2.3	Comprovar a reputação e notoriedade do nome geográfico	
	Atividade 2.4	Identificar as características do produto	
	Atividade 2.5	Delimitar a área geográfica	
	Atividade 2.6	Estabelecer um signo que represente os produtos da potencial IG	
	Atividade 2.7	Elaborar regulamento de uso da IG	
	Atividade 2.8	Elaborar um regime de controle	
	Atividade 2.9	Estabelecer uma estrutura de gestão da IG	
FASE 3	RECONHECIME	ENTO FORMAL DA IG	
	Atividade 3.1	Depósito do processo da IG no INPI	
	Atividade 3.2	Acompanhamento do processo junto ao INPI	
FASE 4	CONSOLIDAÇÂ	O DA IG	
	Atividade 4.1	Gerir a IG	
	Atividade 4.2	Promover a IG	
	Atividade 4.3	Ações de governança	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma representação do PDPA também foi estruturada desta forma, a fim de proporcionar uma forma clara de comparação entre os processos. A tabela 3 apresenta o resultado dessa representação, cujo detalhamento consta no Apêndice B.

Tabela 3 - Representação consolidada do modelo do PDPA.

EACE 1		ORMACIONAL
FASE 1	PROJETO INF	
	Atividade 1.1	Elaborar plano de projeto informacional
	Atividade 1.2	Levantar informações para o projeto do produto
	Atividade 1.3	Detalhar o ciclo de vida do produto
	Atividade 1.4	Desdobramento da função Qualidade (QFD)- "Casa da Qualidade"
	Atividade 1.5	Detalhar as especificações de projeto do produto
	Atividade 1.6	Levantar informações sobre o projeto do processo
	Atividade 1.7	Detalhar as necessidades dos clientes internos (projeto do processo)
	Atividade 1.8	Desdobramento da segunda matriz do QFD
	Atividade 1.9	Detalhar as especificações de projeto do processo
	Atividade 1.10	Desenvolver estratégias para o envolvimento de fornecedores de equipamentos
	Atividade 1.11	Monitorar informações de fontes internas e externas
	Atividade 1.12	Atualizar o plano de projeto e Registrar o conhecimento e lições aprendidas
		Avaliar a fase de projeto informacional
FASE 2	PROJETO COI	NCEITUAL
	Atividade 2.1	Elaborar plano de projeto conceitual
	Atividade 2.2	Gerar ideias para os elementos de um produto alimentício
	Atividade 2.3	Desenvolver alternativas para a formulação do produto
	Atividade 2.4	Desenvolver alternativas para processar a formulação.
	Atividade 2.5	Preparar alternativas para teste de formulação (T0)
	Atividade 2.6	Executar teste e analisar as amostras do testes (T0)
	Atividade 2.7	Selecionar concepção do produto e processo
	Atividade 2.8	Monitorar as informações de fonte interna e externa
	Atividade 2.9	Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas
FASE 3	PROJETO PRE	
	Atividade 3.1	Elaborar o plano de projeto preliminar
	Atividade 3.2	Definição da estrutura do processo de produção
	Atividade 3.3	Detalhamento do layout do processo de produção
	Atividade 3.4	Decidir por fazer ou comprar
	Atividade 3.5	Fazer simulação do processo de produção
	Atividade 3.6	Realizar testes de produtos em linhas pilotos ou planta industrial
	Atividade 3.7	Monitorar informações de fontes internas externas.
	Atividade 3.8	Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas
	Atividade 3.9	Avaliar a fase de projeto preliminar
FASE 4	PROJETO DET	TALHADO
	Atividade 4.1	Elaborar plano de projeto detalhado
	Atividade 4.2	Elaborar plano do projeto de co-desenvolvimento
	Atividade 4.3	Detalhar o projeto da planta de produção industrial
	Atividade 4.4	Finalizar e atualizar documentos e desenhos
	Atividade 4.5	Detalhar os custos de instalação da planta industrial e processo de produção.
	Atividade 4.6	Solicitar o registro do produto
	Atividade 4.7	Monitorar Informações de fontes internas e externas

	Atividade 4.8	Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas.	
FASE 5	PREPARAÇÃO DA PRODUÇÃO		
	Atividade 5.1	Elaborar o plano de instalação da planta industrial	
	Atividade 5.2	Instalar a planta industrial	
	Atividade 5.3	Elaborar o plano de preparação da produção	
	Atividade 5.4	Elaborar documentos para a produção	
	Atividade 5.5	Elaborar documentos finais – especificações técnicas	
	Atividade 5.6	Produzir lote piloto	
	Atividade 5.7	Liberar do produto processo	
	Atividade 5.8	Treinar mão de obra e preparar manutenção	
	Atividade 5.9	Revisar desempenho do projeto.	
	Atividade 5.10	Registrar as lições aprendidas e atualizar o plano de projeto	

Fonte: Adaptado de Santos (2004).

Por meio dessas duas representações que auxiliam a compreensão entre os modelos, foi realizada uma comparação entre as estruturas e características de cada fase, de modo a identificar as lacunas do PEIG evidenciadas pela sequência lógica de gestão de desenvolvimento de produtos do PDPA.

Tendo em vista que a fase de Planejamento estratégico do PDPA tem como principal saída o plano do projeto do produto, que engloba todas as questões relacionadas a visão estratégica da empresa, restrições de recursos, conhecimento e capacidades, levantamento de informações sobre os consumidores, tendências tecnológicas e mercadológicas, a fim de definir um portfólio de produtos que atenda a necessidade da empresa, acredita-se que a etapa de diagnóstico pode ser definida como uma fase do modelo do PEIG com objetivos similares, despertando a necessidade de inserir também uma fase de planejamento estratégico para a IG, para que o produto vinculado ao meio geográfico, atenda às necessidades e exigências da IG.

A fase de projeto informacional do PDPA, que tem como objetivo definir as especificações de projeto, associa-se a fase de estruturação da IG do modelo atual, que pode ser mais aprofundada e definida em duas fases: planejamento do produto e planejamento do processo, oferecendo a devida especificação a cada um, conforme exigido pela IG.

Considerando que a fase de projeto preliminar é necessária para o estabelecimento da formulação final do produto, layout final do processo, incluindo a definição da estrutura de produção e realização de testes, acredita-se que esta fase

também pode ser associada a fase de planejamento do processo da IG.

A fim de corresponder a fase de Projeto Detalhado do modelo do PDPA, ainda contemplando a fase de "estruturação da IG" e também a fase de "conhecimento formal da IG" do processo atual, é definida uma fase para detalhamento da documentação exigida para se obter um produto característico. Esta fase irá compor o PEIG como o nome de "Preparação do Registro da IG".

Por fim, sendo a fase de preparação da produção relacionada elaboração de documentos finais, treinamento de mão-de-obra e demais atividades necessárias para a liberação do produto, a fase de consolidação da IG do processo atual é interpretada como "Implementação e Gestão da IG", englobando atividades de controle, gestão, defesa e promoção da IG.

A fase de projeto conceitual não foi considerada por ser destinada a geração de soluções alternativas para especificações de um novo produto ou processo. A estruturação de uma IG não aborda a criação de novos produtos, mas sim o reconhecimento de uma região que possui notoriedade por conta de um produto ou serviço influenciado pela tradição e características do meio de origem.

A fase de lançamento aborda questões relacionadas aos processos de venda, distribuição, atendimento ao cliente e assistência técnica, sendo estes processos de apoio à comercialização do produto (ROZENFELD et al., 2006), o que não se encaixa no âmbito das questões abordadas neste trabalho, as quais se limitam apenas ao processo de estruturação e gestão da IG.

Além da fase de lançamento, a fase de uso também não foi considerada por não ser pertinente para a questão norteadora deste trabalho. A figura 6 apresenta o relacionamento entre as fases de cada modelo.

Fases do Modelo do PEIG Fases do Modelo do PDPA Análise da viabilidade do projeto de estruturação Planejamento estratégico Planejamento estratégico da IG Projeto Conceitual Projeto do produto da potencial IG Projeto Informacional Projeto do processo da potencial IG - Projeto Preliminar Preparação do Registro da IG Projeto Detalhado Implementação e Gestão da IG Preparação da produção Lançamento Uso

Figura 6 - Relação entre as fases do Modelo do PEIG e do Modelo do PDPA.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nessa análise, foi desenvolvido o modelo apresentado no capítulo a seguir, composto por seis fases, subdividas em atividades e tarefas detalhado em tabela no Apêndice C.

#### 4. PROPOSTA DE UM MODELO DE REFERÊNCIA PARA O PEIG

Esta proposta tem como base o PEIG da maneira como é feito atualmente e o modelo de referência para o PDPA (SANTOS, 2004), ambos abordados no capítulo 2 deste trabalho.

O objetivo da proposta é proporcionar ao consultor e gestor de um projeto de estruturação de IG, uma visão estruturada de todas as atividades que compõem este processo, separando-as por fase de desenvolvimento e detalhando cada fase em atividades e tarefas que buscam refletir todo o processo. Além disso, espera-se que o modelo possa ser um instrumento para: fazer análises sobre as fases que mais serão afetadas pela IG; verificar que fases demandam mais esforços; realizar estimativas sobre o custo e a viabilidade do projeto.

A estrutura geral do modelo é apresentada na figura 7, sendo este composto por seis fases dividas entre as etapas de pré-desenvolvimento, desenvolvimento e pós-desenvolvimento.

PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE IG - PEIG PÓS-DESENVOLVIMENTO PRÉ-DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO FASE 1: ANÁLISE DA VIABILIDADE DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO FASE 2: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA IG FASE 3: PLANEJAMENTO DO PRODUTO DA POTENCIAL IG **FASE 4: PLANEJAMENTO DO** PROCESSO DA POTENCIAL IG FASE 5: PRAPARAÇÃO DO REGISTRO DA IG FASE 6: IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA IG TEMPO DE EXECUÇÃO

Figura 7 - Modelo de referência para o processo de estruturação de IG - PEIG.

Fonte: Elaborado pela autora.

No pré-desenvolvimento é realizada a Fase 1, que corresponde a análise da viabilidade do projeto de estruturação, sendo caracterizada pela identificação do potencial da região vinculada ao produto e tomada de decisão em relação ao início formal do processo de estruturação.

Uma parte da Fase 2 (Planejamento estratégico da IG) também é considerada

como pré-desenvolvimento, nela é feita uma sensibilização e mobilização dos produtores interessados no projeto a fim de elaborar um planejamento estratégico da IG, avaliar os riscos que podem impactar sobre a estruturação e definir se estes impossibilitam a realização do projeto, devendo decidir pela sua continuação ou cancelamento. Se for continuado, considera-se o início da fase de desenvolvimento, devendo ser elaborado o escopo e a estrutura analítica do projeto de estruturação, assim como definir o comitê gestor da IG e preparar um cronograma para a realização das atividades.

Além da Fase 2, a etapa de desenvolvimento é caracterizada pela Fase 3 - Projeto do produto da potencial IG; Fase 4 – Projeto do processo da potencial IG; Fase 5 – Preparação da IG.

As Fases 3 e 4 abordam respectivamente as atividades para definição das especificações do produto e do processo, podendo ser realizadas de forma simultânea.

A Fase 5 é a última do desenvolvimento e consiste na preparação dos documentos finais, para a realização do depósito do pedido de registro no INPI. É definido o nome geográfico a ser protegido, o signo distintivo da IG, além dos documentos do Regulamento de Uso e do Sistema de Controle.

O pós-desenvolvimento do processo de estruturação de IG é composto pela Fase 6, onde são desenvolvidas as ações para controle, gestão, promoção e defesa da IG.

A figura 7 também apresenta a sobreposição das fases indicando que podem ser desenvolvidas simultaneamente e também indica que, mesmo após a sua conclusão, as fases podem sofrer alterações conforme as decisões tomadas, devendo assim, ser atualizadas sempre que necessário.

Para apresentar a sequência de acontecimentos de cada fase, apresenta-se conforme a tabela 4, o modelo estruturado em fases, atividades e tarefas. Essa estrutura é baseada no modelo de Santos (2004) e busca proporcionar uma representação que facilite a compreensão do processo.

Tabela 4 - Estrutura do modelo de referência.

FASE X	Nome da fase		
	Atividade X.Y	Nome da atividade	
		Tarefa X.Y.Z	Apresentação da tarefa

Fonte: Elaborado pela autora com base em Santos (2004).

Com base nessa estrutura, as fases, atividades e tarefas do modelo são apresentadas de forma detalhada nos itens a seguir. Consta no Apêndice C, o modelo detalhado do PEIG.

#### 4.1. Fase 1 – Análise da viabilidade do projeto de estruturação da IG

Esta fase, apresentada na figura 8, é caracterizada pela identificação da região vinculada ao produto e verificação do seu potencial para ser reconhecida como uma IG. É realizado o levantamento de informações sobre a região, seu território, as características, reputação, notoriedade e método de produção do produto, além de pesquisas de mercado.

Esse levantamento compõe o documento denominado Diagnóstico da Região, que serve como insumo para a elaboração do relatório de viabilidade do projeto, propicia a tomada de decisão quanto à execução do processo de estruturação da IG na região.

A execução dessa fase deve ser feita com o auxílio de uma entidade que apoia o processo de estruturação da IG, como por exemplo Sebrae, MAPA e demais instituições que possuem uma forma consolidada de trabalho para conduz o diagnóstico do produto da potencial IG.

A saída desta fase é um diagnóstico do produto e uma análise da viabilidade do projeto de estruturação da potencial IG.

Figura 8 - Análise da viabilidade do projeto de estruturação da IG.

# Atividade 1.1 Levantar informações para realizar o diagnóstico da região Atividade 1.2 Atividade 1.2 Atividade 1.3 Decidir pela elaboração do projeto de estruturação da IG Atividade 1.3 Decidir pela elaboração do projeto de estruturação, revisão de pontos críticos para que a região demonstre efetivo potencial para o reconhecimento formal da IG, ou não realização do projeto de estruturação da IG



Diagnóstico da Região Relatório de viabilidade do projeto

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 1.1: Levantar informações para realizar o diagnóstico da região

Esta atividade consiste em coletar informações sobre o mercado, abordando os concorrentes, consumidores e a cadeia de suprimentos, informações sobre a tecnologia de processos, embalagens, formulações, e o mais importante, realiza um levantamento de informações sobre a tradição, cultura e "saber fazer" dos produtores locais. De forma geral as informações levantadas são (ABNT NBR 16536:2016):

- Evidências de reconhecimento pelo mercado como centro produtor, extrator ou fabricante de um produto específico.
- Dados de produção: caracterização e localização geográfica dos produtores envolvidos com o produto, da cadeia de valor; volume, capacidade e custos de produção; matérias-primas e sua origem; processo de produção; forma atual de controle da produção e dos produtos; embalagens e rotulagens utilizadas.
- Dados de mercado: volume e forma de comercialização; segmentação de mercado; participação de mercado; fornecedores; clientes; preços; logística.
- Informações sobre o clima, solo, fauna, relevo, cultura, saber-fazer.
- Registros históricos, publicações na mídia e publicações especializadas (técnico-científicas), rótulos antigos.

Dados técnicos e científicos do produto (dependendo da modalidade).

Essas informações são consolidadas em um documento denominado "Diagnóstico da IG", estruturado em nove tópicos que abordam as características que dão ao produto uma identidade própria, permitindo uma distinção em relação aos semelhantes disponíveis no mercado (SEBRAE, 2013):

- Características do produto;
- Território da produção;
- Reputação e notoriedade da região vinculada ao produto;
- Método de produção e a cadeia produtiva do produto;
- Realidade atual do mercado do produto da potencial IG
- Necessidade de proteção da região;
- Potencial de agregação de valor aos produtores e a região;
- Estruturação atual da governança na região em relação ao produto;
- Modalidade potencial da IG.

A tabela 5 apresenta o desdobramento dessa atividade, que é estruturada com base nos requisitos do Diagnóstico.

Tabela 5 - Atividade 1.1:Levantar informações para realizar o diagnóstico da região.

Atividade 1.1	Levantar informações para realizar o diagnóstico da região	
	Tarefa 1.1.1	Informar as características do produto
	Tarefa 1.1.2	Informar sobre o território da produção
	Tarefa 1.1.3	Identificar a reputação e notoriedade da região vinculada ao produto
	Tarefa 1.1.4	Informar sobre o método de produção e a cadeia produtiva do produto
	Tarefa 1.1.5	Identificar a realidade atual do mercado do produto da potencial IG
	Tarefa 1.1.6	Verificar a necessidade de proteção da região
	Tarefa 1.1.7	Identificar o potencial de agregação de valor aos produtores e região
	Tarefa 1.1.8	Informar sobre a estruturação atual da governança na região em relação ao produto
	Tarefa 1.1.9	Informar a modalidade potencial da IG

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 1.2: Analisar a viabilidade do projeto de estruturação da IG

As informações levantadas no diagnóstico são importantes subsídios para

avaliar o potencial da região vinculada a um produto para ser reconhecida formalmente pela IG, assim como a capacidade atual da região para executar o projeto e fomentar os benefícios da IG por meio de uma ação conjunta e harmônica entre todos os atores interessados.

# Atividade 1.3: Decidir pela realização do projeto de estruturação, revisão de pontos críticos ou não realização do projeto de estruturação da IG

A análise do diagnóstico é feita com o intuito de fornecer insumos para a tomada de decisão quanto a execução do projeto de estruturação. Uma das possíveis conclusões da análise é que a região vinculada ao produto reúne as condições necessárias para ser reconhecida formalmente como uma IG, conduzindo então para uma tomada de decisão que aprova a execução do projeto de estruturação.

Portanto, a análise do diagnóstico também pode ter um resultado que indique que a região possui um potencial para o reconhecimento formal, mas necessita de uma reformulação, que conforme a norma ABNT NBR 16536:2016, pode ser relativa a organização da produção para atendimento a aspectos legais, infraestrutura, melhoria da qualidade do produto e do processo, entre outros.

Outra conclusão possível da análise é que a região não possui potencial para ser reconhecida como IG, e deve recorrer a outros ativos de propriedade industrial para valorizar o seu produto e a região.

#### 4.2. Fase 2 - Planejamento estratégico da IG

Em um modelo de referência da literatura, a fase de planejamento estratégico se remete às tomadas de decisão para o nível estratégico da empresa, a fim de caracterizar e definir sua atuação em um determinado segmento de mercado, caracterizar a missão, visão e valores desta empresa. Também é feita uma auto avaliação da empresa, a fim de verificar o nível do capital intelectual, financeiro e material.

Desta forma, o modelo propõe que esse planejamento também seja feito para uma IG, assim deve-se definir junto aos produtores qual será missão, visão e principalmente os valores desse produto vinculado a região que não são limitados apenas a sabor, aroma, textura, qualidade, mas que também representa toda uma história do meio geográfico em que está inserido.

Sendo assim, esta fase é constituída por sete atividades, assim como apresentado na figura 9.

Figura 9 - Fase 2: Planejamento estratégico da IG.

FASE 2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA IG	
	Atividade 2.1	Definir os interessados no projeto de estruturação da IG
	Atividade 2.2	Elaborar o planejamento estratégico da estruturação da IG
	Atividade 2.3	Avaliar riscos do projeto de estruturação da IG na região
	Atividade 2.4	Decidir se o projeto será continuado, tendo como base a categorização dos riscos identificados
	Atividade 2.5	Definir escopo e montar a estrutura analítica do projeto de estruturação da IG
	Atividade 2.6	Definir comitê gestor da IG
	Atividade 2.7	Preparar cronograma de realização do projeto de estruturação da IG



Estatuto ou documento de legitimidade da organização formada
Documento de legitimidade da formação do Comitê Gestor
Planejamento estratégico da estruturação da IG
Documento de gestão de riscos
Ata de reunião da assembleia
Escopo do projeto de estruturação da IG
Estrutura Analítica do Projeto de Estruturação da IG
Cronograma do projeto de estruturação

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresenta-se a seguir, o detalhamento de cada atividade apresentada na figura acima, incluindo as tarefas.

#### Atividade 2.1: Definir os interessados no projeto de estruturação da IG

A primeira tarefa desta atividade tem como objetivo verificar o nível de conhecimento dos produtores da região em relação ao tema de IG. Com base no nível identificado, os gestores de projeto devem capacitar os produtores a respeito do conceito da IG, seu funcionamento, assim como deixar claro as responsabilidades desse registro, apresentar os benefícios e evidenciar que estes só podem ser alcançados se houver comprometimento e harmonia entre a ação dos produtores, que deve considerar toda a cadeia de valor na qual o produto está inserido.

É importante ainda nessa tarefa, apresentar casos de sucesso e também casos de falha na implementação da IG, que ocorreram justamente por não considerar toda a cadeia de valor e agir individualmente.

Em uma segunda tarefa, apresenta-se as etapas gerais que compõem um projeto de estruturação da IG. O objetivo, é utilizar uma estrutura como a sugerida por este modelo, para transferir aos produtores uma ideia do "passo a passo" necessário para a realização de um processo formal de reconhecimento de uma IG, abordando além do processo de estruturação, a fase de pós-reconhecimento, que seriam as atividades sugeridas para a gestão de uma IG.

Tendo contextualizado todos os produtores a respeito da IG e do seu processo de reconhecimento, deve-se identificar quais são os produtores interessados em participar da IG, e formalizar uma instituição que represente a coletividade e possa solicitar o registro da IG.

Em seguida, é recomendado levantar os possíveis integrantes do comitê gestor, ou seja, identificar os produtores que tem um potencial para fazer parte do comitê responsável por executar todas as atividades de gestão do processo de estruturação da IG. A estrutura desta atividade é apresentada na tabela 6.

Tabela 6 - Atividade 2.1: Definir os interessados no projeto de estruturação da IG.

Atividade 2.1	Definir os interessados no projeto de estruturação da IG	
	Tarefa 2.1.1	Identificar o nível de conhecimento dos produtores e atores locais sobre os conceitos da IG
	Tarefa 2.1.2	Apresentar o conceito da IG, assim como seu funcionamento, benefícios e responsabilidades
	Tarefa 2.1.3	Apresentar as etapas genéricas, ou seja, as etapas macro do projeto de estruturação de uma IG
	Tarefa 2.1.4	Identificar os interessados no projeto de estruturação da IG na região
	Tarefa 2.1.5	Levantar os possíveis integrantes do comitê gestor

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 2.2: Elaborar o planejamento estratégico da estruturação da IG

Esta atividade é composta por quatro tarefas e tem como saída o planejamento estratégico da IG. A estrutura desta atividade é apresentada na tabela 7.

Inicialmente, deve-se definir a metodologia para a elaboração do planejamento estratégico da IG e reunir os interessados no projeto para defini-lo. Essa definição consiste em estabelecer as diretrizes da IG em termos de missão, visão e valores, assim como definição da segmentação e posicionamento no mercado.

Assim como definir um planejamento estratégico, recomenda-se a elaboração

de um plano de negócio de todos os envolvidos na IG, que indica de forma específica o modelo de negócio a ser seguido. Por fim, deve-se gerar o documento do planejamento estratégico.

Tabela 7 - Atividade 2.2: Elaborar o planejamento estratégico da estruturação da IG.

Atividade 2.2	Elaborar o planejamento estratégico da estruturação da IG	
	Tarefa 2.2.1	Definir metodologia para a elaboração do planejamento estratégico da IG
	Tarefa 2.2.2	Reunir os interessados no projeto de estruturação da IG
	Tarefa 2.2.3	Definir o planejamento estratégico da estruturação e o plano de negócio da IG (estabelecer as diretrizes da IG em termos de missão, visão, valores, segmentação e posicionamento no mercado)
	Tarefa 2.2.4	Gerar o documento do planejamento estratégico da estruturação da IG

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 2.3: Avaliar os riscos do projeto de estruturação da IG na Região

A atividade 2.3, detalhada na tabela 8, busca reduzir a incerteza, eliminar eventos não oportunos. Assim, são elencados os possíveis riscos, a sua probabilidade de ocorrência e o efeito no projeto.

O primeiro risco a ser identificado e qualificado está relacionado com a participação dos produtores e seu efetivo compromisso com o projeto, além da garantia de que os produtores e atores locais irão atuar de forma harmônica, tendo um esforço e mobilização conjunta para alcançar as implicações diretas e indiretas do reconhecimento formal da IG para os habitantes e para a região.

Na tarefa 2.3.3, são levantados os riscos relacionados à disponibilidade de parcerias com competências específicas para apoiar o processo de estruturação da IG, localizados próximos à região a ser reconhecida, além de buscar profissionais com competências nas áreas de conhecimento do produto da potencial IG e considerar parcerias com outras IG, sejam elas nacionais ou internacionais.

A tarefa 2.3.4 identifica e qualifica os riscos referentes a captação de recursos financeiros para a execução das diferentes etapas e ações do projeto de estruturação da IG e reconhecimento da região.

Na tarefa 2.3.5, são identificados e qualificados os riscos relacionados relacionadas às restrições legais, determinadas pela ANVISA, MAPA, MMA e demais órgãos regulamentadores.

Em seguida, na tarefa 2.3.6, deve-se identificar e qualificar os riscos

relacionados ao tempo de execução do projeto de estruturação.

Na tarefa 2.3.7, deve-se realizar reuniões com todos os atores envolvidos no projeto para levantar os riscos que podem afetar o projeto e suas características.

Após a identificação e qualificação de todos os riscos relacionados a esses fatores que podem impactar tanto no processo de estruturação, quanto no ciclo de vida da IG, deve-se categorizar os riscos conforme o seu grau de impacto e realizar uma análise de probabilidade de ocorrência de cada risco.

Tabela 8 - Atividade 2.3: Avaliar riscos do projeto de estruturação da IG na Região.

Atividade 2.3	Avaliar riscos do projeto de estruturação da IG na região	
	Tarefa 2.3.1	Reunir os interessados no projeto de estruturação da IG
	Tarefa 2.3.2	Identificar e qualificar os riscos relacionados a participação dos produtores
	Tarefa 2.3.3	Identificar e qualificar os riscos relacionados às parcerias
	Tarefa 2.3.4	Identificar e qualificar os riscos relacionados aos recursos financeiros
	Tarefa 2.3.5	Identificar e qualificar os riscos relacionados a questões ambientais e legais
	Tarefa 2.3.6	Identificar e qualificar os riscos relacionados ao tempo de execução
	Tarefa 2.3.7	Categorizar conforme grau de impacto

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 2.4: Decidir sobre a continuação do projeto

Nesta atividade deve ser tomada a decisão sobre a continuação ou cancelamento do projeto, tendo como base a categorização dos riscos identificados. Se pela análise realizada for identificado que um risco com grande impacto tem grandes chances de ocorrer, deve-se decidir pela não continuação do projeto de estruturação, caso contrário, o projeto pode ser continuado.

## Atividade 2.5: Definir escopo e montar a estrutura analítica do projeto de estruturação da IG

Esta atividade consiste em definir as etapas específicas do projeto de estruturação da IG na região em questão, tem como saída a declaração do escopo do projeto e a estrutura analítica do projeto de estruturação da IG.

A declaração do escopo do projeto consiste em definir as premissas que delimitam o conteúdo do trabalho e permitem atingir os objetivos desejados. Deve conter neste documento, conforme Rozenfeld et al. (2006):

• Justificativa do projeto e os requisitos do negócio que pretende atender;

- Descrição sucinta do produto do projeto de estruturação;
- Objetivos desmembrados em custo, cronograma e medidas de qualidade;
- Conjunto de premissas e restrições identificadas;
- Plano de gerenciamento do escopo.

A estrutura analítica do projeto (EAP), conforme Back et al. (2008), é uma ferramenta utilizada para auxiliar no processo de definição do escopo. Ela é representada por uma árvore ou tabela que desdobra o projeto com base nas atividades a serem desenvolvidas, permitindo uma melhor definição dos recursos, responsabilidades, riscos, tempo de execução de atividades e outros elementos de um projeto.

#### Atividade 2.6: Definir comitê gestor da IG

Na atividade 2.1 foram levantados os possíveis integrantes do comitê gestor, nesta, deve-se definir quais desses produtores farão parte do comitê, assim como o papel e responsabilidade de cada um, incluindo não só os produtores mas também os demais agentes de instituição de apoio ao processo de estruturação.

Comparando com a literatura, essa atividade se remete à definição de uma estrutura organizacional para o projeto de desenvolvimento de produtos, que estabelece a divisão do trabalho, autoridade, responsabilidade e canais de comunicação (BACK et al, 2008).

## Atividade 2.7: Preparar o cronograma de realização do projeto de estruturação da IG

Consiste em estimar o esforço necessário para cada atividade e os recursos disponíveis. O esforço total é medido pela quantidade de horas para realizar uma determinada tarefa. Essa determinação pode ser feita com base em históricos de consultorias já realizadas.

#### 4.3. Fase 3 - Planejamento do produto da potencial IG

A fase do planejamento do produto tem como premissa fornecer informações completas e justificadas sobre o produto vinculado a região com potencial para ser reconhecida como uma IG. A entrega dessa fase é um documento com as

especificações técnicas do produto, conforme os requisitos e restrições do projeto de estruturação da IG. A fase é apresentada na figura 10.

Figura 10 - Fase 3: Planejamento do produto da potencial IG.

FASE 3	PLANEJAMENTO DO PRODUTO DA POTENCIAL IG		
	Atividade 3.1	Elaborar plano para execução e controle da fase	
	Atividade 3.2	Levantar informações sobre o produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência	
	Atividade 3.3	Detalhar as especificações do produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência	
	Atividade 3.4	Levantar informações para comprovar a vinculação do produto com o meio na modalidade de Denominação de Origem	
	Atividade 3.5	Detalhar as especificações do produto da potencial IG na modalidade de Denominação de Origem	
	Atividade 3.6	Atualizar o projeto de estruturação e registrar o conhecimento e lições aprendidas	



Dossiê do produto da IP; Ata de reunião da assembleia; Especificações técnicas do produto de IP; Dossiê do produto de DO; Ata de reunião da assembleia; Especificações técnicas do produto de DO;

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 3.1: Elaborar plano para execução e controle da fase

A atividade 3.1 é composta por uma única tarefa que tem como premissa reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase.

## Atividade 3.2: Levantar informações sobre o produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência

Nessa atividade são realizadas tarefas para coletar as informações que evidenciem e comprovem a reputação e notoriedade do nome geográfico em relação ao produto, para a modalidade de Indicação de Procedência (desdobramento dessa atividade é apresentado na tabela 9).

Tabela 9 - Atividade 3.2: Levantar informações sobre o produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência.

Atividade 3.2	Levantar infor Procedência	mações sobre o produto da potencial IG na modalidade de Indicação de
	Tarefa 3.2.1	Levantar as evidências que comprovem a reputação e notoriedade do nome geográfico em relação ao produto
	Tarefa 3.2.2	Levantar informações sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido
	Tarefa 3.2.3	Pesquisar padrões/normas/legislação em relação ao produto
	Tarefa 3.2.4	Consolidar as evidências e informações coletadas em um dossiê do produto
	Tarefa 3.2.5	Validar o dossiê junto à assembleia

Fonte: Elaborado pelo autor.

O levantamento das evidências que comprovem a reputação e notoriedade do nome geográfico em relação ao produto consiste em descrever os fatores que conferem as características diferenciais do produto, incluindo análise da evolução do produto na área delimitada e marcos históricos do desenvolvimento do produto no território — publicações, periódicos, escritos, jornais, revistas, obras literárias, fotografias, filmagens, entrevistas com produtores da região, entre outros.

Outro levantamento importante a ser realizado é sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido. Deve-se investigar em qual etapa tem-se o produto característico e aqui cabe também identificar o nível de processamento do produto, conforme as classificações do produto alimentício apresentadas (LINNEMANN et al., 1999), que podem ser: alimento *in natura,* alimentos prébeneficiados ou minimamente processados e alimentos processados.

Após o levantamento das informações que caracterizam e conferem notoriedade do nome geográfico, é necessário pesquisar os padrões, normas e legislação que regem esse tipo de produto e devem ser cumpridos para ter sua comercialização autorizada.

Todas as evidências e informações coletadas nas tarefas anteriores devem ser reunidas em um dossiê, cujo objetivo é comprovar que as características do produto são devidas ao meio geográfico.

Por fim, o dossiê deve ser validado junto à assembleia, a fim de verificar se as informações levantadas são suficientes para comprovar a notoriedade e reputação do nome geográfico em relação ao produto.

## Atividade 3.3: Detalhar as especificações técnicas do produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência

Na modalidade de Indicação de Procedência, é necessário detalhar as características do produto em termos de reputação e notoriedade, específicas atribuíveis à sua origem geográfica, assim como detalhar a etapa de produção em que se obtém o produto característico.

Nas especificações técnicas também deve-se definir os requisitos técnicos e de mercado, requisitos normativos e legais, requisitos de fabricação, embalagem, estocagem, distribuição, preparo, uso e descarte.

A entrega desta atividade é a elaboração de um documento das especificações técnicas do produto, para a modalidade de Indicação de Procedência, conforme as exigências do projeto de estruturação da IG. A tabela 10 apresenta o detalhamento desta atividade.

Tabela 10 - Atividade 3.3: Detalhar as especificações do produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência.

Atividade 3.3	Detalhar as e Procedência	especificações do produto da potencial IG na modalidade de Indicação de
	Tarefa 3.3.1	Detalhar as características do produto em termos de reputação, notoriedade, qualidade ou outras características específicas atribuíveis a sua origem geográfica
	Tarefa 3.3.2	Definir etapas de produção que estarão inseridas na IP
	Tarefa 3.3.3	Detalhar os requisitos técnicos e de mercado
	Tarefa 3.3.4	Detalhar requisitos normativos e legais
	Tarefa 3.3.5	Elaborar documento de especificações do produto da IP

Fonte: Elaborado pelo autor.

# Atividade 3.4: Levantar informações para comprovar a vinculação do meio com o produto na modalidade de Denominação de Origem

Nesta atividade, são realizadas tarefas (apresentadas na tabela 11) para coletar as informações que evidenciem e comprovem a vinculação do meio com o produto na modalidade de Denominação de Origem. As tarefas desenvolvidas são apresentadas a seguir.

A tarefa de levantar as evidências consiste na descrição dos fatores que conferem as características diferenciais do produto. Sugere-se, embora a lei brasileira não exija, incluir a análise da evolução do produto na área delimitada, marcos

históricos na construção do território, tendo como foco o produto da potencial IG, levantamento e escrituração da história do desenvolvimento do produto no território – publicações, periódicos, escritos, jornais, revistas, obras literárias, fotografias, filmagens, entrevistas com produtores da região, entre outros.

Para denominação de origem é necessário um levantamento específico de todos os fatores humanos e naturais que conferem o diferencial ao produto, considerando também todas as fontes de informação.

Esse levantamento específico exige a realização ou identificação de estudos técnico-científicos que apresentam evidências sobre o nexo causal entre os fatores naturais e humanos da região e as qualidades e características do produto que dão potencial para que a região vinculada ao produto possa ser reconhecida na modalidade de denominação de origem.

O levantamento das características do produto também deve ser acompanhado pela pesquisa dos padrões, normas e legislação que regem esse tipo de produto e devem ser cumpridos para ter sua comercialização autorizada, e assim como para a modalidade de indicação de procedência, deve-se levantar informações sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido.

Assim como para a IP, devem ser coletadas e analisadas informações sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido, para identificar a etapa que gera o produto característico da região.

Com as informações obtidas, deve ser elaborado um dossiê do produto, que irá evidenciar seu potencial para o reconhecimento na modalidade de denominação de origem, com base na comprovação de que as suas características são devidas ao meio geográfico.

Por fim, o dossiê deve ser validado junto à assembleia com a finalidade de verificar se as informações levantadas são suficientes para comprovar a vinculação do meio com o produto.

Tabela 11 - Atividade 3.4: Levantar informações para comprovar a vinculação do meio com o produto na modalidade de Denominação de Origem.

Atividade 3.4	Levantar informações para comprovar a vinculação do produto com o meio na modalidade de Denominação de Origem		
	Tarefa 3.4.1	Levantar as evidências da caracterização dos fatores naturais e dos fatores humanos que conferem diferencial ao produto produzido na região específica	
	Tarefa 3.4.2	Realizar ou identificar estudos técnico-científicos que avaliam e caracterizam o nexo causal entre os fatores naturais e os fatores humanos da região e as qualidades e características do produto na DO	
	Tarefa 3.4.3	Levantar informações sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido	
	Tarefa 3.4.4	Pesquisar padrões/normas/legislação em relação ao produto	
	Tarefa 3.4.5	Consolidar as evidências e informações coletadas em um dossiê do produto	
	Tarefa 3.4.6	Validar o dossiê junto à assembleia	

Fonte: Elaborado pelo autor.

## Atividade 3.5: Detalhar as especificações do produto da potencial IG na modalidade de Denominação de Origem

Na modalidade de denominação de origem, é necessário detalhar as características do produto em termos dos fatores naturais e humanos da região, além de outras características específicas atribuíveis à sua origem geográfica.

Nas especificações técnicas, também deve-se definir os requisitos técnicos e de mercado, requisitos normativos e legais, requisitos de fabricação, embalagem, estocagem, distribuição, preparo, uso e descarte.

A entrega desta atividade é a elaboração de um documento das especificações técnicas do produto, para a modalidade de denominação de origem, conforme as exigências do projeto de estruturação da IG. A tabela 12 apresenta o detalhamento dessa atividade.

Tabela 12 - Atividade 3.5: Detalhar as especificações do produto da potencial IG na modalidade DO).

Atividade 3.5	Detalhar as especificações do produto da potencial IG na modalidade de DO		
	Tarefa 3.5.1	Detalhar o produto explicitando as qualidades e características oriundas do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e fatores humanos	
	Tarefa 3.5.2	Definir etapas de produção que estarão inseridas na DO	
	Tarefa 3.5.3	Detalhar os requisitos técnicos e de mercado	
	Tarefa 3.5.5	Detalhar requisitos normativos e legais	
	Tarefa 3.5.6	Elaborar documento de especificações do produto da DO	

Fonte: Elaborado pelo autor.

## Atividade 3.6: Atualizar o plano de projeto e registrar o conhecimento e lições aprendidas

Consiste em atualizar o plano de projeto da IG, conforme a necessidade, e registrar o conhecimento obtido durante a realização das atividades, assim como as lições aprendidas.

#### 4.4. Fase 4 - Planejamento do processo da potencial IG

A fase 4 do modelo proposto tem como objetivo abordar os fatores relacionados ao processo de produção da potencial IG, assim como delimitar geograficamente em que local ocorre. Essa fase é composta por oito atividades, e pode ser executada em paralelo com a fase de planejamento do produto da potencial IG.

Figura 11 - Fase 4: Planejamento do processo da potencial IG.

SE 4 PANEJAMEN	PANEJAMENTO DO PROCESSO DA POTENCIAL IG		
Atividade 4.1	Elaborar plano para execução e controle da fase		
Atividade 4.2	Levantar informações sobre o projeto do processo de produção do produto		
Atividade 4.3	Detalhar as especificações de projeto do processo		
Atividade 4.4	Delimitar a área geográfica onde ocorre o processo de produção da potencial IG		
Atividade 4.5	Definir a estrutura do processo de produção		
Atividade 4.6	Realizar testes do processo e do produto em cada unidade produtiva		
Atividade 4.7	Atualizar os documentos do processo de produção (somente em caso de implantação de ações corretivas ou ações para otimizar o processo de produção)		
Atividade 4.8	Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas		



Dossiê do processo
Ata de reunião da assembleia
Especificações técnicas do processo de produção
Mapa de georeferenciamento
Ata de reunião da assembleia
Laudo emitido pela entidade oficial
Ata de reunião da assembleia

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 11 apresenta as atividades que compõem esta fase, assim como os documentos que resultam de cada execução. O detalhamento das atividades é

realizado a seguir.

#### Atividade 4.1: Elaborar plano para a execução e controle da fase

Esta atividade tem apenas uma tarefa que consiste em reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase.

#### Atividade 4.2: Levantar informações sobre o processo de produção do produto

Nesta atividade (detalhada na tabela 13) são realizadas sete tarefas, cujo intuito é reunir informações para o dossiê do processo, assim como feito para o produto.

Uma vez identificado na fase anterior a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido, é necessário identificar a origem da matéria-prima, o método de obtenção do produto, assim como todas as etapas do processo de extração, produção, elaboração e transformação. Também é necessário levantar informações sobre os padrões, normas e legislação que são aplicadas ao processo de produção.

Todas as informações coletadas devem ser consolidadas em um dossiê do processo, que deve ser validado junto à assembleia.

Tabela 13 - Atividade 4.2: Levantar informações sobre o processo de produção do produto.

Atividade 4.2	Levantar informações sobre o processo de produção do produto		
	Tarefa 4.2.1	Identificar o método de obtenção do produto	
	Tarefa 4.2.2	Identificar todas as etapas do processo de extração, produção, elaboração e transformação do produto	
	Tarefa 4.2.3	Identificar a origem da matéria-prima	
	Tarefa 4.2.4	Pesquisar padrões/normas/legislação em relação ao processo de produção	
	Tarefa 4.2.5	Consolidar as evidências e informações coletadas em um dossiê do processo	
	Tarefa 4.2.6	Validar o dossiê junto à assembleia	
		Fonte: Elaborado pelo autor.	

## Atividade 4.3: Detalhar as especificações do processo de produção do produto

Com base nas informações levantas, deve-se definir todas as etapas do processo de extração, produção, elaboração e transformação do produto no local em que ocorrem, levando em consideração a posição em que ocupa na cadeia de valor, bem como detalhar a origem da matéria-prima e os requisitos de fabricação, embalagem, estocagem, distribuição, preparo, uso e descarte.

Além desses detalhamentos, devem ser estabelecidos os requisitos técnicos, normativos e legais do processo, assim como os requisitos de segurança do produto em relação ao processo. O detalhamento dessa atividade é apresentado na tabela 14.

Tabela 14 - Atividade 4.3: Detalhar as especificações do processo de produção do produto.

Atividade 4.3	Detalhar as especificações do processo de produção do produto		
	Tarefa 4.3.1	Especificar e definir todas as etapas do processo de extração, produção, elaboração e transformação do produto que ocorrem dentro e fora da área delimitada	
	Tarefa 4.3.2	Detalhar a origem da matéria-prima	
	Tarefa 4.3.3	Estabelecer requisitos técnicos do processo	
	Tarefa 4.3.4	Estabelecer requisitos normativos e legais do processo	
	Tarefa 4.3.5	Estabelecer requisitos de segurança do produto em relação ao processo	
	Tarefa 4.3.6	Detalhar requisitos de fabricação, embalagem, estocagem, distribuição, preparo, uso e descarte	
	Tarefa 4.3.7	Elaborar documento das especificações do processo de produção do produto da IG	

Fonte: Elaborado pelo autor.

## Atividade 4.4: Delimitar a área geográfica onde ocorre o processo de produção da potencial IG

Sendo conhecido todo o processo de produção do produto e as áreas onde ocorre, essa atividade (apresentada na tabela 15) tem como objetivo delimitar a área geográfica da IG.

Para essa delimitação, é realizado um levantamento técnico, cultural e científico do território, e se define a abrangência da área geográfica, conforme o processo de produção da IG. A consolidação dessa definição é a elaboração de um mapa de georreferenciamento ou um documento que delimite as coordenadas geográficas da área de produção da IG.

Esse mapa deve ser apresentado e validado pela assembleia, e posteriormente, devem ser realizadas reuniões com órgãos competentes, para a emissão do laudo oficial de delimitação da área geográfica da IG.

Tabela 15 - Atividade 4.4: Delimitar a área geográfica onde ocorre o processo de produção da potencial IG.

Atividade 4.4	Delimitar a área geográfica onde ocorre o processo de produção da potencial IG							
	Tarefa 4.4.1	Realizar levantamento técnico, cultural e científico do território da IG						
	Tarefa 4.4.2	Definir a abrangência da área geográfica conforme o processo de produção da IG						
	Tarefa 4.4.3	Elaborar mapa georreferenciado da delimitação da área geográfica de produção da IG						
	Tarefa 4.4.4	Apresentar e validar a área geográfica delimitada – Assembleia						
	Tarefa 4.4.5	Articulação e reuniões com o órgão competente para emissão do laudo oficial de delimitação da área geográfica da IG						

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 4.5: Definir a estrutura do processo de produção

Formada por duas tarefas, a atividade apresentada na tabela 16 busca identificar a situação atual da estrutura física para realização do processo produtivo de cada produtor, verificando se todos estão atendendo os requisitos, padrões e a legislação exigida para a produção do produto da potencial IG, assim como os requisitos para sua extração, produção, elaboração e transformação.

Tendo em vista as instalações físicas dos produtores, deve-se conferir se há necessidade de ajustes no processo produtivo, para que atenda as todas as especificações definidas, assim como os requisitos legais.

Tabela 16 - Atividade 4.5: Definir a estrutura do processo de produção.

Atividade 4.5	Definir a estrutura do processo de produção							
	Tarefa 4.5.1	Identificar a necessidade de alteração da estrutura do processo produtivo atual (esta verificação deve ser feita para cada produtor, a fim de analisar se a sua estrutura atende aos requisitos/padrões/legislações para a produção do produto da IG)						
	Tarefa 4.5.2	Identificar necessidade de ajustes no processo produtivo (esta verificação deve ser feita para cada produtor, a fim de analisar se o seu processo atual atende aos requisitos do processo de produção da IG)						

Fonte: Elaborado pelo autor.

# Atividade 4.6: Realizar testes do processo e do produto em cada unidade produtiva

Nesta atividade deve-se primeiramente elaborar um plano para avaliação da conformidade do processo e do produto. Em seguida, essa avaliação será realizada em cada unidade produtiva, para analisar todas as etapas do processo produtivo. Conjuntamente, devem ser feitas análises físicas, químicas e microbiológicas no

produto da potencial IG e análise sensorial do produto.

Tendo sido realizadas as análises e testes, deve-se elaborar um relatório final. Se pelo resultado for identificada alguma inconsistência com as especificações do produto e/ou do processo, ações corretivas devem ser definidas e implantadas, e o processo de produção ou o produto deve ser adequado.

#### Atividade 4.7: Atualizar os documentos do processo de produção

Se ações corretivas forem aplicadas e o processo for otimizado, os documentos de especificação do processo e/ou do produto devem ser atualizados.

# Atividade 4.8: Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas

Como esta fase envolve o desenvolvimento de muitas tarefas que podem alterar o projeto, se necessário o plano do projeto em relação a tempo e recursos deve ser atualizado, e assim como na fase anterior, deve-se registrar os conhecimentos e lições aprendidas durante a sua execução.

#### 4.5. Fase 5 - Preparação do Registro da IG

Esta fase consiste na elaboração dos documentos finais necessários para o depósito de um pedido de registro de IG no INPI. A estruturação da fase cinco consiste em oito atividades, que se iniciam com a elaboração do plano de execução da fase, definição do nome geográfico a ser protegido, criação da identidade visual da IG, elaboração do Regulamento de Uso e do Sistema de Controle.

Pela execução dessas atividades são gerados os últimos documentos necessários para o registro do nome geográfico, e assim o pedido pode ser depositado. O detalhamento dessa atividade é apresentado na figura 12.

Figura 12 - Fase 5: Preparação do Registro da IG.

FASE 5	PREPARAÇÃO DO REGISTRO DA IG							
	Atividade 5.1	Elaborar plano para execução e controle da fase						
	Atividade 5.2	Definir o nome geográfico a ser protegido						
	Atividade 5.3 Criar Identidade Visual da IG  Atividade 5.4 Descrever o Regulamento de Uso							
	Descrever as atividades do Sistema de Controle							
	Solicitar o registro da Indicação Geográfica							
	Atividade 5.7	Monitorar informações sobre o processo de depósito						
Atividade 5.8 Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições apre								



#### SAÍDAS

Nome geográfico

Plano de ação do uso inadequado do nome geográfico

Manual de identidade visual da IG

Ata de reunião da assembleia

Regulamento de Uso

Plano de revisão do regulamento de uso

Ata de reunião da assembleia

Plano de Auditoria

Definição de Indicadores de qualidade

Métodos de avaliação da conformidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 5.1: Elaborar plano para execução e controle da fase

Esta atividade é formada por uma tarefa e tem como objetivo reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase.

#### Atividade 5.2: Definir o nome geográfico a ser protegido

Nesta atividade é definido o nome geográfico a ser protegido pela IG. Para a sua devida definição, deve-se consultar se o mesmo está protegido por outro ativo de propriedade intelectual. Caso esteja, conforme a Norma ABNT NBR 16536:2016, deve-se verificar com o detentor do ativo se é possível protegê-lo como IG.

Após definido o nome geográfico, é necessário prever algumas ações para serem aplicadas em caso de uso indevido do nome. A entrega dessa atividade é o nome geográfico e o plano de ação do seu uso inadequado. O desdobramento essa

atividade é apresentado na tabela 17.

Tabela 17 - Atividade 5.2: Definir o nome geográfico a ser protegido.

Atividade 5.2	Definir o nome geográfico a ser protegido						
	Tarefa 5.2.1	Definir o nome geográfico a ser protegido					
	Tarefa 5.2.2	Verificar se o nome geográfico está protegido por outro ativo de propriedade intelectual					
	Tarefa 5.2.3	Definir plano de ação para reduzir os riscos do uso inadequado do nome definido					

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 5.3: Criar identidade visual da IG

Esta atividade, assim como apresentada na tabela 18, é formada por quatro tarefas, que resultam no manual de identidade visual da IG.

Primeiramente são levantados os elementos que caracterizam o meio geográfico e o produto da IG. Em seguida, com base nesses elementos, cria-se um signo distintivo para a IG e um manual de como este signo pode ser utilizado.

Este signo deve ser apresentado para a assembleia, com o intuito de ser validado por todos.

Tabela 18 - Atividade 5.3: Criar Identidade Visual da IG.

Atividade 5.3	Criar Identidade Visual da IG							
	Tarefa 5.3.1	Levantar elementos que caracterizam o meio geográfico e o produto da IG						
	Tarefa 5.3.2	Criar um signo distintivo para a IG						
	Tarefa 5.3.3	Criar um manual de identidade visual da IG						
	Tarefa 5.3.4	Validar signo com a assembleia						

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 5.4: Descrever o Regulamento de Uso

O Regulamento de Uso consiste em uma das entregas mais importantes para o depósito no INPI, sendo este um documento que detém todas as informações sobre a IG. Nele são consideradas as especificações definidas para o processo e para o produto, nome geográfico, signo distintivo, bem como a definição de estruturas para o controle, gestão, defesa e promoção da IG.

Nesta atividade também se define o Conselho Regulador, que se diferencia do comitê gestor por ter competência para gerir as estruturas de controle, os direitos e deveres dos produtores que aderiram a IG, assim como as ações para a punição de produtores que não cumprirem o regulamento.

Deve-se também estabelecer um planejamento para a revisão periódica do Regulamento de Uso.

Após ser elaborado, o regulamento deve ser submetido para a validação da assembleia. A estrutura desta atividade é apresentada na tabela 19.

Tabela 19 - Atividade 5.4: Descrever o Regulamento de Uso.

Atividade 5.4	Descrever o Regulamento de Uso							
	Tarefa 5.4.1	Consolidar os documentos de especificação técnica do produto e do processo						
	Tarefa 5.4.2	Definir integrantes do Conselho Regulador						
	Tarefa 5.4.3	Definir estrutura de controle						
	Tarefa 5.4.4	Definir estrutura de gestão						
	Tarefa 5.4.5	Definir estrutura de defesa						
	Tarefa 5.4.6	Definir estrutura de promoção						
	Tarefa 5.4.7	Elaborar documento com os direitos e obrigações dos produtores da IG						
	Tarefa 5.4.8	Elaborar documento com as ações de penalização em face ao não cumprimento do regulamento de uso						
	Tarefa 5.4.9	Estabelecer um planejamento para revisão periódica do regulamento de uso						
	Tarefa 5.4.10	Validar Regulamento de Uso com a Assembleia						

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 5.5: Descrever as atividades do Sistema de Controle

O sistema de controle deve ser definido para garantir que os produtores estão cumprindo o regulamento de uso, assim como auditar a qualidade do processo de produção e do produto da IG. Nessa atividade, apresentada na tabela 20, é definida a modalidade de avaliação da conformidade a ser aplicada, como será realizado o processo de auditoria e quais os atores envolvidos, define-se o cronograma de auditoria dos processos, assim como os aspectos a serem auditados e os métodos e técnicas de amostragem e avaliação.

Tabela 20 - Atividade 5.5: Descrever as atividades do Sistema de Controle.

Atividade 5.5	Descrever as atividades do Sistema de Controle						
	Tarefa 5.5.1	Definir a modalidade de avaliação da conformidade a ser aplicada					
	Tarefa 5.5.2	Definir como será realizado o processo de auditoria e quais os atores envolvidos					
	Tarefa 5.5.3	Definir o cronograma de auditoria dos processos de produção					
	Tarefa 5.5.4	Definir os aspectos a serem auditados					
	Tarefa 5.5.5	Definir os métodos e técnicas de amostragem e avaliação					

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 5.6: Solicitar o registro da Indicação Geográfica

Esta atividade consiste no depósito do pedido de registro no INPI. O primeiro passo para o registro é verificar as taxas que precisam ser pagas em decorrência dos serviços relativos a IG prestados pelo INPI. Assim o solicitante deve emitir uma Guia de Recolhimento da União (GRU) e junto com os documentos gerados nas fases e atividades anteriores, pode-se fazer a solicitação.

#### Atividade 5.7: Monitorar informações sobre o processo de depósito

Após o depósito no INPI, o processo deve ser acompanhado, pois podem ser solicitadas complementações ou envio de novos documentos para a regularização do pedido, conforme a Instrução Normativa Nº 25/2013. Cada exigência tem um prazo de até sessenta dias para ser respondida, caso contrário, o pedido será arquivado definitivamente.

Essa etapa constitui o exame formal do pedido, que após concluído, será submetido para manifestação de terceiros, durante um prazo de sessenta dias. Caso ocorra manifestação, o requerente dispõe de sessenta dias para contestação.

Por fim, o pedido passa por um exame realizado por técnicos do INPI, que irão deferir ou indeferir o reconhecimento da IG, emitindo respectivamente o certificado do registro ou a negação do mesmo, que pode ser ainda recorrida no prazo de sessenta dias.

# Atividade 5.8: Atualizar o plano de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas

O plano de projeto deve ser atualizado conforme a necessidade gerada pelos resultados da fase 5, assim como devem ser registradas todas as lições aprendidas até o momento em questão no projeto.

#### 4.6. Fase 6 - Implementação e Gestão da IG

A fase de implementação e gestão da IG remete ao período de pósdesenvolvimento do projeto de estruturação e aborda questões a respeito da gestão da IG, a fim de garantir o comprimento do Regulamento de Uso e do Sistema de Controle. A estrutura dessa fase, assim como suas saídas, é apresentada na figura 13.

Figura 13 - Fase 6: Implementação da IG.

FASE 6	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA IG							
	Atividade 6.1	Elaborar plano para execução e controle da fase						
	Atividade 6.2	Elaborar documentos para a produção						
	Atividade 6.3	Implementar a estrutura da controle, gestão, defesa e promoção da IG						
	Atividade 6.4	Desenvolver ações para promover a IG						
	Atividade 6.5	Estabelecer condições para a revisão periódica de todos os processos da IG						
	Atividade 6.6	Registrar as lições aprendidas e atualizar o plano de projeto						



Manuais relacionados às atividades operacionais da IG Documento detalhado da estrutura de gestão da IG Plano de ação para promoção da IG

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 6.1: Elaborar plano para execução e controle da fase

Essa atividade é formada por uma tarefa e tem como objetivo reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase.

#### Atividade 6.2: Elaborar documentos para a produção

A fim de que o Regulamento de Uso seja cumprido, pode ser necessário elaborar manuais de boas práticas agrícolas e de fabricação, procedimento operacional padrão de cada produtor, manual de segurança do alimento, visando a análise de perigo e pontos críticos de controle, assim como manuais para os procedimentos de análises do produto acabado, semiacabado, matéria prima, ingredientes e outros. A estrutura dessa atividade é apresentada na tabela 21.

Tabela 21 - Atividade 6.2: Elaborar documentos para a produção.

Atividade 6.2	Elaborar documentos para a produção						
	Tarefa 6.2.1	Elaborar manual de boas práticas Agrícolas e de Fabricação (BPA/BPF)					
	Tarefa 6.2.2	Elaborar manual de segurança do alimento (quando se tratar de produtos alimentícios)					
	Tarefa 6.2.3	Elaborar manual de procedimentos operacionais padronizados (POP)					
	Tarefa 6.2.4	Elaborar procedimentos de análise de produto acabado, semiacabado, matéria prima, ingredientes, aditivos e embalagens					

Fonte: Elaborado pelo autor.

## Atividade 6.3: Implementar a estrutura da controle, gestão, defesa e promoção da IG

Consiste na definição do escopo das estruturas de controle, gestão, defesa e promoção da IG, as quais foram definidas no regulamento de uso. Cabe também nessa atividade o desenvolvimento de estratégias de gestão com foco na defesa da IG e na valorização do produto e do território da IG.

Orienta-se o desenvolvimento de um sistema de registro de dados para o controle da IG em meio eletrônico.

Por fim, os produtores devem ser treinados nesse sistema de registro. A tabela 22 apresenta a estrutura dessa atividade.

Tabela 22 - Atividade 6.3: Consolidar a estrutura da controle, gestão, defesa e promoção da IG.

Atividade 6.3	Implementar a estrutura da controle, gestão, defesa e promoção da IG						
	Tarefa 6.3.1	Definir o escopo das estruturas de controle, gestão, defesa e promoção da IG					
	Tarefa 6.3.2	Desenvolver estratégias de gestão com foco na valorização do produto e do território da IG					
	Tarefa 6.3.3	Desenvolver estratégias de defesa da IG contra o uso indevido do nome geográfico					
	Tarefa 6.3.4	Desenvolver um sistema (em meio eletrônico) de registro e controle da IG					
	Tarefa 6.3.5	Treinar os associados no sistema de registros e controles da IG					

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### Atividade 6.4: Desenvolver ações para promover a IG

Devem ser desenvolvidas ações para a promoção da IG, a fim de que os consumidores entendam que a sua entrega de valor não é somente o produto, e sim toda uma história a que ele está associado.

Assim, indica-se como ações para essa promoção o fomento das cadeias produtivas associadas ao produto, desenvolvimento de um plano de marketing, estabelecimento de parcerias com o poder público, adoção de instrumentos para valorização do território da IG, implantação de políticas e planos de ações que valorizem a paisagem, a cultura, o patrimônio construído, o "saber-fazer" local e a biodiversidade.

Também devem ser criadas estratégias para sensibilizar o consumidor quanto aos valores diferenciais do produto da IG e de seu território.

# Atividade 6.5: Estabelecer condições para a revisão periódica de todos os processos da IG

Devem ser estabelecidas as condições que indicarão a necessidade de revisão de todos os documentos estabelecidos no processo de estruturação da IG, principalmente do Regulamento de Uso.

#### Atividade 6.6: Registrar as lições aprendidas e atualizar o plano de projeto

Devem ser registradas as lições aprendidas durante todo o processo de estruturação e, se necessário, atualizar o plano do projeto.

#### 4.7. Considerações finais sobre o modelo proposto

Com o objetivo de mostrar um caminho para a execução das atividades e tarefas envolvidas antes, durante e depois da estruturação de uma IG, apresentou-se neste capítulo um modelo que surge com base nas exigências para o reconhecimento do produto vinculado a uma região e na estrutura do PDPA, proposto por Santos (2004).

A principal característica deste modelo em relação à sua estruturação atual (Apêndice A) é a sua apresentação estruturada em fases, que considera o PEIG como um projeto incremental e fornece para os interessados uma visão de todo o processo, desde a avaliação do potencial da região até a gestão do registro concedido.

Além disso, este modelo apresenta de forma detalhada as atividades necessárias no processo, mostrando que o volume de trabalho exigido por esse processo é expressivamente maior do que pode-se inferir a partir da leitura dos documentos legais.

O próximo capítulo corresponde a terceira e última etapa da pesquisa, cujo objetivo é validar o modelo proposto com gestores de projeto de IG.

### 5. AVALIAÇÃO DO MODELO

Este capítulo tem o objetivo de avaliar o modelo de referência proposto para o PEIG, tendo em vista as opiniões de gestores de projetos de IG, para identificar sua percepção sobre a proposta.

Além disso, essa avaliação também visa identificar se o modelo de referência consegue transmitir o conhecimento sobre o processo de estruturação de forma a auxiliar no entendimento e na prática do processo.

Portanto, foi elaborado um documento em *Excel* composto por uma introdução e contextualização sobre o trabalho, em seguida o modelo desenvolvido (Apêndice C) e por fim, um breve questionário composto por cinco perguntas:

- O desdobramento em fases (1, 2, 3, 4, 5 e 6) é adequado para descrever o processo de estruturação da IG?
- O nível de detalhamento (desdobramento das fases em atividades e tarefas) é adequado para descrever o processo de estruturação da IG?
- O modelo de referência proposto é fácil de ser entendido?
- O modelo de referência proposto auxilia no entendimento do processo de reconhecimento formal da IG?
- O modelo de referência proposto tem potencial para servir como um passo a passo "genérico" (necessita ser moldado para se adaptar a cada IG específica) do processo de reconhecimento de uma IG?

As perguntas poderiam ser julgadas por três notas:

- Nota 1 para "Insatisfatório".
- Nota 3 para "Satisfatório".
- Nota 5 para "Excelente".

O questionário também continha um campo para que os avaliadores fizessem comentários e sugestões.

Para acompanhar o questionário, a fim de fazer uma síntese do assunto tratado no trabalho e do modelo desenvolvido, foi elaborado um vídeo que está

disponível para visualização no site "www.youtube.com", com o seguinte título: Modelo do Processo de Estruturação de IG.

O questionário foi aplicado a gestores de IG do Paraná, no dia 29 de novembro de 2017, tendo onze respondentes no total. A tabela 23 apresenta o resultado consolidado dessa pesquisa.

Tabela 23 - Resultado consolidado do questionário aplicado.

Proposição	1	3	5	Comentários/Sugestões:
P1. O desdobramento em fases é adequado para descrever o processo de estruturação da IG		6	5	O item 6 deve ser revisto. Cronograma temporal. Como cada produto tem suas particularidades, é um bom início.
P2. O nível de detalhamento é adequado para descrever o processo de estruturação da IG		3	8	Está ótimo.
P3. O modelo de referência				O modelo de referência proposto é bem claro e objetivo.
proposto é fácil de ser entendido	1	3	7	Para técnicos, está perfeito. Para leigos, está complexo.
P4. O modelo de referência proposto auxilia no entendimento do reconhecimento formal da IG		5	6	Ao mesmo tempo que mostra todo o processo, assusta pelo volume de trabalho.
				Perfeitamente, muito útil, possibilitando um cronograma temporal local.
				Sim, excelente iniciativa.
				A 6.4 deveria estar prevista na Fase 5.
P5. O modelo de referência				A 6.2 é aplicação.
proposto tem potencial para servir como um passo a			_	Rever o item 6.
passo genérico do processo de reconhecimento de uma		4	7	Para consolidar, é preciso estar praticando e não elaborando ainda.
IG.				O processo de consolidação é fruto da preparação.
				O 6.2 deve se referir à aplicação e não elaboração de documento para produção.
				A 6.4 poderia estar prevista na fase 5.

Avaliando este resultado fazendo uma média por proposição, apresentada na tabela 24, pode-se concluir que o modelo de referência para o PEIG atende os objetivos do trabalho, sendo avaliado pelos gestores de satisfatório para excelente, assim como apontado na figura 14.

Tabela 24 - Resultado da avaliação conforme a média por proposição.

	P1	P2	Р3	P4	P5
A1	3	3	1	3	3
A2	3	3	3	3	3
А3	3	3	3	3	3
A4	3	5	3	3	3
A5	3	5	5	3	5
A6	3	5	5	5	5
A7	5	5	5	5	5
A8	5	5	5	5	5
A9	5	5	5	5	5
A10	5	5	5	5	5
A11	5	5	5	5	5
Média	3,9	4,5	4,1	4,1	4,3

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 14 - Resultado da avaliação do modelo.



Fonte: Elaborado pela autora.

De forma geral, o desdobramento em fases foi avaliado como satisfatório para descrever o processo de estruturação, sendo que os gestores apontaram a necessidade de revisão da fase 6, pois algumas atividades deveriam estar previstas na fase 5, quando se tratam de elaboração, a fim de destinar a fase 6 apenas para aplicação. Também avaliaram que como uma proposta de referência, esta significa um bom início para ser adaptada à realidade e particularidades de outras IG.

O nível de detalhamento foi avaliado de forma geral como excelente para descrever o processo de estruturação da IG.

Quanto a facilidade de entendimento do modelo, um gestor apontou o item como insatisfatório, porém em sua maioria foi apontado como excelente. Os comentários apontam que o modelo de referência proposto é de fácil compreensão para técnicos, porém, não é adequado para o produtor, que necessita de uma informação que seja apresentada de forma mais "lúdica".

A respeito da capacidade de auxiliar no entendimento sobre o processo de reconhecimento formal de uma IG, os gestores avaliaram o modelo como excelente, indicando nos comentários que o volume de trabalho apresentado desta forma chega a "assustar".

Sobre o potencial do modelo de referência do PEIG para ser utilizado por gestores nos projetos, foi indicado que o modelo é muito útil e permite a elaboração de um cronograma temporal local.

Portanto, conclui-se que o modelo representa uma primeira iniciativa para que gestores de IG tenham uma noção do volume de trabalho, assim como apontado por eles mesmo, que um PEIG exige, assim como despertar a importância que essa metodologia da literatura tem para a gestão de um projeto.

### 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O signo Indicações Geográficas possui um evidente potencial para trazer benefícios e unir recursos a favor da história, da tradição e dos pequenos e grandes produtores, contribuindo para o fortalecimento de uma cadeia de valor cujo benefício não recai apenas sobre o nível local, mas também regional, estadual e nacional.

O modelo proposto procura contribuir com este cenário de promoção da IG, tendo em vista aqueles que fomentam os projetos desse tema, procurando proporcionar um meio para padronizar a linguagem sobre o processo de estruturação de forma fácil de ser compreendida e que possa ser utilizado na gestão de projetos, mobilização, sensibilização e capacitação de pessoas envolvidas no tema.

O modelo de referência proposto na literatura de fato auxilia na compreensão e transferência de um panorama geral sobre o funcionamento de um processo, isso devido à sua estrutura, que possui uma sequência que permite clareza sobre a informação que se deseja transmitir.

Essa é uma característica que impacta de forma positiva no modelo de referência proposto neste trabalho, onde o processo que atualmente necessita de diversos documentos para ser entendido é representado de forma geral em apenas um documento. Assim, acredita-se que os pontos positivos deste trabalho, em relação as fontes hoje disponíveis, são:

- Apresentação das etapas do processo de estruturação, indo além dos documentos necessários para ser entregues;
- Definição de fases para representar as etapas principais deste processo;
- Detalhamento das fases em atividades e tarefas, permitindo gestor ou consultor de um processo de estruturação um entendimento sobre o processo;
- Comprova a importância de detalhar e padronizar os processos;
- Evidencia a importância de redigir as atas de reuniões e documentar as lições aprendidas;
- Evidencia a importância de identificar a cadeia de valor do produto;

 Evidencia a importância de elaborar um planejamento estratégico para o produto.

Acredita-se que uma fragilidade deste modelo está no fato da metodologia/linguagem não ser de fácil compreensão para um produtor, que é um ator muito importante no processo.

A partir das avaliações dos questionários e das considerações finais, algumas sugestões de trabalhos futuros nessa linha de pesquisa são:

- Aplicação do modelo em um processo de estruturação de IG em uma região, para prover melhorias.
- Revisão da fase 6, conforme indicado pelos gestores.
- Detalhamento do modelo em relação aos atores responsáveis pela execução de cada atividade, assim como as ferramentas, métodos e técnicas.
- Interpretação do modelo de uma forma que possa ser de fácil compreensão para o produtor.
- Desenvolvimento de uma plataforma ou aplicativo para o INPI, a fim de facilitar o acompanhamento o processo de análise do pedido de registro da IG.
- Desenvolvimento de uma plataforma ou aplicativo para auxiliar os produtores na gestão da IG.

Por fim, acredita-se que os objetivos geral e específicos foram alcançados e o modelo pode colaborar com o processo de desenvolvimento e propagação do tema IG no Brasil.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 16.536:2016. Indicação Geográfica - Orientações para estruturação de Indicação Geográfica para produto.

AMARAL, D. C. Arquitetura para gerenciamento de conhecimentos explícitos sobre o processo de desenvolvimento de produto. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

BACK, N; OGLIARI, A; DIAS, A; SILVA, J. C. DA. **Projeto integrado de Produtos**: Planejamento, Concepção e Modelagem. Barueri, SP: Manole, 2008. 601 p.

BARBOSA, P. M. S. A importância do uso de sinais distintivos coletivos: Estudo de caso da indicação de procedência "Paraty" do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011, 191 p. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Academia da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.

BAXTER, M. Projeto de produto: guia prático para o desenvolvimento de novos produtos. E. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1998. 261 p.

BLAKENEY, M; COULET, T; MENGISTIE, G; MAHOP, M. T. Extending the protection of geographical indications: Case studies of agricultural products in Africa. Earthscan from Routledge, USA, 2012, 376 p.

BRASIL. Decreto Nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001. **Define as expressões** "cachaça", "Brasil" e "cachaça do Brasil" como Indicações Geográficas e dá outras providências, Brasília, DF, dez 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/2001/d4062.htm>. Acesso em: 21 ago 2017.

BRASIL. Instrução Normativa nº 25, de 21 de agosto de 2013. **Condições para o registro de Indicações Geográficas**, Brasília, DF, ago 2013. Disponível em: < http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in\_25\_21\_de\_agosto\_de\_2013.pdf>. Acesso em: 21 ago 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações em relação à propriedade industrial**, Brasília, DF, mai 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 21 ago 2017.

BRUCH, K. L. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

DUPIM, L. C. Indicações geográficas e desenvolvimento local: estudo exploratório e comparativo das indicações geográficas Vale dos Vinhedos, Região do Cerrado Mineiro e Paraty. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 292 p.

EARLE, M. D. Changes in the food product development process. **Trends in Food Science & Technology**, v. 8, p. 19-24, jan. 1997.

GRAF, E.; SAGUY, I. S. Food Product Development: From concept to the marketplace. 1. Ed. New York: Ernst Graf, 1990.

IBRAVIN. Projetos. **INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO**. Disponível em: < http://www.ibravin.org.br/Projetos>. Acesso em: 19 Nov 2017.

INPI. Lista das Denominações de Origem reconhecidas. **INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL**. Disponível em: <a href="http://www.inpi.gov.br/menuservicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil">http://www.inpi.gov.br/menuservicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil</a>. Acesso em: 15 Out 2017.

INPI. Lista das Indicações de procedência reconhecidas. **INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL**. Disponível em: <a href="http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil">http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil</a>. Acesso em: 15 Out 2017.

JUGEND, D; SILVA, S. L. **Inovação e Desenvolvimento de Produtos**: práticas de gestão e casos brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 171 p.

LINNEMANN, A. R.; BENNER, M.; VERKERK, R.; BOERKEL, M. A J. S. Consumer-driven food product development. **Trends in Food Science & Technology**, v. 17, p. 184-190, 2006.

LINNEMANN, A. R; MEERDINK, G; MEULENBERG, M. T.G; JONGEN, W. M. F. Consumer-oriented technology development. **Trends in Food Science & Technology**, v. 9, p. 409-414, 1999.

MAPA. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, Indicação Geográfica. Organização Luiz Otávio Pimentel. 4ª ed. Florianópolis: MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2014. 415 p.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

NIEDERLE, P. A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das Indicações Geográficas. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2014, v.4, n. 2, p. 21-43.

PAULA, J. O. de.; MELLO, C. H. P. Seleção de um modelo de referência de PDP para uma empresa de autopeças através de um método de auxílio à decisão por múltiplos critérios. **Produção**, v. 23, n. 1, p. 144-156, 2013. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132012005000082">http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132012005000082</a>. Acesso em: 12 out 2017.

PLENTZ, N. D.; ANDRADE, P. D.; ZEN, A. C.; BERNARDES, M. M. S. Análise de práticas no desenvolvimento de novos produtos: estudos de casos múltiplos em empresas de bens de consumo. In: **XXXIV Encontro nacional de engenharia de produção**. Curitiba, PR, 2014, 13 p.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hambrugo: Universidade Feevale, 2013. 277 p.

REIS, L. L. M. Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades. Salvador: UFB, 2015. 270 p.

ROZENFELD, H; FORCELLINI, F. A; AMARAL, D. C; TOLEDO, J. C; SILVA, S. L; ALLIPRANDINI, D. H; SCALICE, R. K. **Gestão de desenvolvimento de produtos**: uma referência para a melhoria do processo. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 542 p.

SANTOS, A. C. Modelo de referência para o processo de desenvolvimento de produtos alimentícios – PDPA com ênfase no projeto do processo. 164 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecanica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SEBRAE PR. Sucesso no litoral do Paraná, Barreado é um prato legítimo da culinária paranaense.

Disponível

em:
<a href="https://sgcwem.pr.sebrae.com.br/PortalSebrae/sebraeaz/Indica%C3%A7%C3%A3o">https://sgcwem.pr.sebrae.com.br/PortalSebrae/sebraeaz/Indica%C3%A7%C3%A3o</a>
-Geogr%C3%A1fica-Litoral-do-Paran%C3%A1-Barreado>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

SEBRAE. **Indicações geográficas brasileiras.** Hulda Oliveira Giesbrecht, Raquel Beatriz Almeida de Minas (Coordenadoras). 5. Ed. Brasília: Sebrae, INPI, 2016.

SEBRAE. Solução Tecnológica para Diagnóstico de Avaliação de uma Potencial Indicação Geográfica. Brasília, 2013. 45 p.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. M. V. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 43, n. 7, p.1330-1336. 2013.

VANDECANDELAERE, E; ARFINI, F; BELLETTI, G; MARESCOTTI, A. **Linking people, places and products**: A guide for promoting quality linked to geographical origin and sustainable geographical indications. 2. ed. Italy: FAO, 2010, 189 p.

WIPO. Geographical Indications: an introduction. Geneva. n. 952E, 2013.

### APÊNDICE A – ESTRUTURA REPRESENTATIVA DO PEIG

FASE	NOME DA FASI	E		Entrada	Saída
FASE 1	REALIZAÇÃO [	OO DIAGNÓSTIC	O DE UMA POTENCIAL IG		
	Atividade 1.1	de 1.1 Elaborar Diagnóstico da potencial IG		Informações para levantar a	Diagnóstico da potencial IG
		Tarefa 1.1.1	Informar sobre o território da produção	possibilidade de registro da IG Evidência de reconhecimento pelo	
		Tarefa 1.1.2	Informar as características do produto	mercado como centro produtor,	
		Tarefa 1.1.3	Identificar a reputação e notoriedade do produto	extrator ou fabricante de um produto	
		Tarefa 1.1.4	Informar sobre o método de produção	específico; - Dados de mercado;	
		Tarefa 1.1.5	Identificar o potencial de agregação de valor	- Informações sobre o clima, solo,	
		Tarefa 1.1.6	Verificar a necessidade de proteção	fauna, relevo, cultura e saber-fazer; - Registros históricos; - Anúncios em jornais, revistas, publicações na mídia e publicações técnico-científicas; - Rótulos antigos;	
		Tarefa 1.1.7 Tarefa 1.1.8	Identificar a realidade atual do mercado do produto da potencial IG		
			Informar sobre ao estruturação atual de Governança		
		Tarefa 1.1.9	Informar a modalidade potencial da IG		
		Tarefa 1.1.10	Fazer uma listagem dos contatos	- Dados técnicos científicos do	
		Tarefa 1.1.11	Informações complementares	produto.	
	Atividade 1.2	Interpretar o dia		Diagnóstico da potencial IG	Documento de viabilidade da IG
	Tarefa 1.2.1 Elaborar uma conclusão sobre a viabilidade ou não estruturação da IG		Elaborar uma conclusão sobre a viabilidade ou não da estruturação da IG		
		Tarefa 1.2.2	Apresentação e validação da Potencial IG junto ao comitê gestor		
	Tarefa 1.2.2 Determinar ações recorrentes				
FASE 2	ESTRUTURAÇ <i>Î</i>	ÃO DA IG			
	Atividade 2.1	Sensibilizar, esc	clarecer e motivar os produtores		

	Tarefa 2.1.1 Tarefa 2.1.2	Avaliar o grau de sensibilização e o esclarecimento dos produtores sobre os conceitos, responsabilidades, funcionamento, benefícios e desafios para a implantação de um projeto de estruturação para uma potencial IG, considerando que são fatores críticos para o seu sucesso. Verificar se os produtores estão comprometidos e motivados para assumir as responsabilidades e obrigações do processo de estruturação da potencial IG.	Diagnóstico da potencial IG. Nível de conhecimento dos produtores em relação a IG. Nível de aceitação dos produtores em relação a IG. Nível de comprometimento.	Produtores sensibilizados e motivados.
Atividade 2.2	Levantar os fator	res críticos do projeto de estruturação	Documentos oficiais da localização	Documento comprobatório do
	Tarefa 2.2.1	Verificar se a demanda pelo projeto de estruturação da IG partiu dos produtores, e se os mesmos demonstram ter compromisso com o projeto.	individual de cada um dos produtores, extratores ou fabricantes do produto notório da região	legítimo interesse do solicitante. Documento de comprovação do envolvimento dos atores.
	Tarefa 2.2.2	Garantir que as lideranças locais dos produtores atuem de forma harmônica, influenciando positivamente o esforço e a mobilização junto aos produtores locais.	delimitada; Informações sobre instituições representativas;	Comprovação da criação de entidade representativa dos atores locais, responsável pela gestão da IG.
	Tarefa 2.2.3	Garantir que haja envolvimento de outros atores das comunidades locais na área geográfica da potencial IG, mostrando as implicações diretas, indiretas e a importância que o reconhecimento formal pode trazer para a região e seus habitantes.	Informações sobre instituições de apoio e fomento.  Quantidade de indústrias e produtores envolvidos.  Informações sobre os atores de cada elo da cadeia do produto.  Informações sobre entidades tecnológicas relacionadas ao produto.	
	Tarefa 2.2.4	Mobilizar os parceiros que apresentam competências específicas para apoiar o projeto de estruturação da IG.		
	Tarefa 2.2.5	Considerar parcerias com as instituições mais próximas da área da IG por conhecerem a realidade de cada IG.		
	Tarefa 2.2.6	Considerar o estabelecimento de parcerias com outras IG, sejam elas nacionais ou internacionais.		
	Tarefa 2.2.7	Buscar profissionais com diferentes competências nas áreas do conhecimento do potencial produto da potencial IG.		
	Tarefa 2.2.8	Captar recursos financeiros para a execução das diferentes etapas e ações do projeto de estruturação e reconhecimento da IG.		
Atividade 2.3	Comprovar a rep	outação e notoriedade do nome geográfico		

	Tarefa 2.3.1 Caracterização dos fatores naturais e dos fatores humanos que conferem diferencial ao produto.  Tarefa 2.3.2 Levantamento dos estudos técnico-científicos que avaliam e caracterizam o nexo causal entre os fatores naturais e os fatores humanos e as qualidades e características do produto na DO.  Tarefa 2.3.3 Elaboração do Dossiê que comprovem a influência do meio geográfico na qualidade ou características do produto ou serviço.  Tarefa 2.3.4 Apresentação e validação do Dossiê junto ao comitê gestor.		Análise da evolução do produto na área delimitada; Marcos históricos na construção do território, tendo como foco o produto da potencial IG; Elementos da origem geográfica que qualificam o produto da região; Elementos sobre o "saber fazer" local associado ao produto; Descrição da tradição; Turismo associado ao	Dossiê da notoriedade do nome geográfico
	101010 2.0.1	r procentação o validação do Bossio junto do comito gostor.	produto;Paisagem estática, dinâmica e construída;	
Atividade 2.4	Identificar o prod	luto	Dados do processo de produção;	Identificação do produto
	Tarefa 2.4.1	Descrever o produto explicitando as qualidades e características oriundas do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e fatores humanos	Características da produção; Tradição do modo de produção; Dados do produto;	Características do produto
	Tarefa 2.4.2	Descrever o meio geográfico da DO relacionando os fatores naturais e humanos determinantes na qualidade e características do produto	Informações sobre o clima, solo, fauna, relevo; Volume, área, recursos gerados, etc.	
	Tarefa 2.4.3	Descrever o processo ou método de obtenção do produto		
	Tarefa 2.4.5	Indicar a especificidade do produto que lhe atribui a reputação ou notoriedade, assim como fornecer informações e elementos precisos que a justifique.		
Atividade 2.5	Delimitar a área	geográfica	Limites geográficos da área de	Instrumento oficial que delimita a área
	Tarefa 2.5.1	Levantamento técnico, cultural e científico do território da IG.	abrangência;	geográfica;
	Tarefa 2.5.2	Definição da abrangência da área geográfica de produção da IG.	Considerar aspectos de clima, relevo, composição do solo, etc.	Mapa de delimitação da área de IG; Memorial descritivo;
	Tarefa 2.5.3	Definição do zoneamento territorial como elemento estrutural.		
	Tarefa 2.5.4	Elaboração de mapa georreferenciado da delimitação da área geográfica de produção da IG.		
	Tarefa 2.5.5	Apresentação e validação pelos produtores da área geográfica de produção delimitada.		

	Tarefa 2.5.6	Elaboração do mapa com a delimitação da área geográfica e memorial descritivo da área delimitada.		
	Tarefa 2.5.7	Articulação e reuniões com o órgão competente para emissão do laudo oficial de delimitação da área geográfica da Indicação Geográfica.		
Atividade 2.6	Estabelecer um s	signo que represente os produtos da potencial IG		Etiqueta de representação gráfica;
	Tarefa 2.6.1	Criar o signo distintivo para a Indicação Geográfica.		Selo da IG;
	Tarefa 2.6.2	Criar o Manual de Identidade Visual para a aplicação da identidade visual do signo e Brand Book da Indicação Geográfica.		Manual de uso do selo da IG.
	Tarefa 2.6.3	Validar com o comitê gestor o signo distintivo.		
Atividade 2.7	Elaborar regular	nento de uso da IG	Dossiê da notoriedade do nome	Regulamento de uso do nome
	Tarefa 2.7.1	Definir e descrever os produtos, suas categorias, suas características de qualidade físico-química e sensoriais e seus padrões a serem protegidos pela IG;	geográfico Instrumento oficial que delimita a área geográfica;	geográfico
	Tarefa 2.7.2	Definir as especificidades da produção, abrangendo os insumos, sistemas de produção, área de produção, raça ou cultivares autorizadas, descrição do método de produção, embalagens, rotulagens e comercialização;	Etiqueta de representação gráfica; Selo da IG; Manual de uso do selo da IG	
	Tarefa 2.7.3	Descrição das regras para a utilização do signo distintivo da IG na rotulagem e outros padrões de identidade visual da IG		
	Tarefa 2.7.4	Descrição das regras para a utilização do signo distintivo da IG na rotulagem e outros padrões de identidade visual da IG		
	Tarefa 2.7.5	Definir procedimentos de análise e auditoria de qualidade dos produtos;		
	Tarefa 2.7.6	Definir os controles e registros necessários para a garantia da qualidade do produto na região;		
	Tarefa 2.7.7	Definir os controles de venda dos produtos;		
	Tarefa 2.7.8	Definir regras, direitos, deveres e penalidades para o regulamento de uso do nome geográfico para o produto;		
	Tarefa 2.7.9	Validar com os produtores o regulamento de uso do nome geográfico em Assembleia, registrado em Ata.		
Atividade 2.8	Elaborar um regi	me de controle	Regulamento de Uso	

		Tarefa 2.8.1	Determinar um regime de controle para garantir o cumprimento do regulamento de uso da IG.		Documento da Estrutura de controle
		Tarefa 2.8.2	Determinar o plano de controle, seus agentes e suas respectivas responsabilidades.		- Sistemas de controle da qualidade do produto
		Tarefa 2.8.3 O regime de controle deve ser aprovado em Assembleia pelos produtores da IG.			- Plano de controle da IG
	Atividade 2.9	Estabelecer uma	a estrutura de gestão da IG	Documento da Estrutura de controle	Plano de Gestão da IG
		Tarefa 2.9.1	Estabelecer uma estrutura para gerir, defender, promover e controlar a IG conforme o Regulamento de Uso		Plano de Sustentabilidade da IG
FASE 3	RECONHECIME	NTO FORMAL D	A IG		
	Atividade 3.1	Depósito do prod	cesso da IG no INPI		
	Atividade 3.2	Acompanhamen	to do processo junto ao INPI		
FASE 4	CONSOLIDAÇÃ	O DA IG			
	Atividade 4.1	Gerir da IG			
		Tarefa 4.1.1	Implementação do regulamento e estrutura de controle da IG;		
		Tarefa 4.1.2	Treinamento dos associados no sistema de registros e controles da IG;		
		Tarefa 4.1.3	Desenvolvimento dos procedimentos de avaliação da qualidade do produto;		
		Tarefa 4.1.4	Avaliação sistemática de conformidade do processo de produção;		
		Tarefa 4.1.5	Treinamento em boas práticas de fabricação aos associados do projeto;		
		Tarefa 4.1.6	Desenvolvimento do plano de sustentabilidade da IG.		
	Atividade 4.2	Promover a IG			
		Tarefa 4.2.1	Avaliar a oportunidade de adotar outros instrumentos que possam valorizar o território da potencial IG, seus produtos e sua imagem junto aos mercados consumidores nacional e internacional.		
		Tarefa 4.2.2	Implantar políticas, planos e ações que valorizem a paisagem, a cultura, o patrimônio construído, o "saber fazer" local e o <i>terroir</i> e a biodiversidade.		

	Tarefa 4.2.3	Fomentar as cadeias associadas ao produto da potencial IG.	
	Tarefa 4.2.4	Buscar o apoio e parceria do poder público a fim de incluir	
		suas próprias demandas nas políticas públicas de	
		desenvolvimento territorial que são pertinentes a IG.	
Atividade 4.3	Ações de govern	nança	

# APÊNDICE B – ESTRUTURA DETALHADA MODELO DE REFERÊNCIA DO PDPA

ENTRADA	, Diana da Braiat	•	
FASE 1	: Plano de Projet PROJETO INFO		
FASE I	Atividade 1.1		e projeto informacional
	Atividade 1.1 Atividade 1.2		ações para o projeto do produto
	All vidade 1.2	Tarefa 1.2.1	Detalhar especificações de produto
		Tarefa 1.2.1	Pesquisar padrões/normas/patentes e legislação
	Atividade 1.3		de vida do produto
	Alividade 1.5	Tarefa 1.3.1	Definir clientes do ciclo de vida do produto
		Tarefa 1.3.2	Definir atributos do produto no ciclo de vida
	Atividade 1.4		da função Qualidade (QFD)- "Casa da Qualidade"
	Autoridado 1.1	Tarefa 1.4.1	Coletar e agrupar as necessidades dos clientes (Dados
		rarola IIII	primitivos)
		Tarefa 1.4.2	Extrair a qualidade exigida (QE)
		Tarefa 1.4.3	Converter QE em requisitos de projeto do produto (RPP)
		Tarefa 1.4.4	Definir escalas de avaliação e o grau de relacionamento
		Tarefa 1.4.5	Correlacionar QE com RPP na matriz QFD
		Tarefa 1.4.6	Determinar tipo de relacionamento entre RPP
		Tarefa 1.4.7	Determinar o grau de importância da tabela de desdobramento
			da QE e do RPP com empresas concorrentes
		Tarefa 1.4.8	Fazer análise comparativa dos QE, RPP com concorrentes da empresa.
		Tarefa 1.4.9	Estabelecer a qualidade planejada
		Tarefa 1.4.10	Estabelecer a qualidade projetada
		Tarefa 1.4.11	Solucionar conflitos entre RPP
	Atividade 1.5	Detalhar as espe	ecificações de projeto do produto
		Tarefa 1.5.1	Detalhar requisitos técnicos e de mercado
		Tarefa 1.5.2	Detalhar requisitos normativos e legais
		Tarefa 1.5.3	Detalhar requisitos de fabricação, embalagem, estocagem, distribuição, preparo, uso e descarte
		Tarefa 1.5.4	Elaborar especificações de projeto do produto
	Atividade 1.6		ações sobre o projeto do processo
		Tarefa 1.6.1	Estudo informativo do problema do projeto do processo
		Tarefa 1.6.2	Pesquisar padrões/normas/patentes/restrições e legislação de
			processos.
	Atividade 1.7	Detalhar as nece	essidades dos clientes internos (projeto do processo)
		Tarefa 1.7.1	Definir os clientes do projeto do processo no ciclo de vida do produto
		Tarefa 1.7.2	Definir os atributos do processo no ciclo de vida
	Atividade 1.8	Desdobramento	da segunda matriz do QFD
		Tarefa 1.8.1	Elaborar tabela de necessidades do projeto do processo
		Tarefa 1.8.2	Quantificar a importância das necessidades do processo

		Tarefa 1.8.3	Converter as necessidades do projeto do processo em
		Tarefa 1.8.4	requisito do projeto do processo
		Tarefa 1.8.5	Definir escalas e o grau de relacionamento  Correlacionar a tabela de desdobramento das necessidades do
		Tareia 1.o.5	processo com a tabela de desdobramento dos requisitos de
		Tamafa 1 0 C	projeto do processo (RPPRO)
		Tarefa 1.8.6	Determinar o tipo de relacionamento entre os RPPRO
		Tarefa 1.8.7	Determinação do valor de importância dos requisitos de projeto do processo
		Tarefa 1.8.8	Solucionar conflitos entre os RPPRO
	Atividade 1.9	Detalhar as espe	ecificações de projeto do processo
		Tarefa 1.9.1	Estabelecer requisitos técnicos do processo
		Tarefa 1.9.2	Estabelecer requisitos normativos e legais do processo
		Tarefa 1.9.3	Estabelecer requisitos de segurança do produto em relação ao processo
		Tarefa 1.9.4	Elaborar as especificações de projeto do processo
	Atividade 1.10	Desenvolver estr	ratégias para o envolvimento de fornecedores de equipamentos
		Tarefa 1.10.1	Identificar as especificações de projeto relacionadas ao
			desenvolvimento de fornecedores.
		Tarefa 1.10.2	Anexar estratégias para o desenvolvimento de fornecedores no plano de projetos
	Atividade 1.11	Monitorar informa	ações de fontes internas e externas
	Atividade 1.12	Atualizar o plano	de projeto e Registrar o conhecimento e lições aprendidas
	Atividade 1.13	Avaliar a fase de	projeto informacional
ENTRADA	: Especificações	de projeto do pr	oduto e Especificações de projeto do processo
FASE 2	PROJETO CON	CEITUAL	
FASE 2	PROJETO CON Atividade 2.1		e projeto conceitual
FASE 2		Elaborar plano d	e projeto conceitual a os elementos de um produto alimentício
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d	a os elementos de um produto alimentício Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1	a os elementos de um produto alimentício Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos)
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2	a os elementos de um produto alimentício Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos.
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso.
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto
FASE 2	Atividade 2.1	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alter Tarefa 2.3.1	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Elaborar formulação básica do produto
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.3	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.3 Tarefa 2.3.4	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.3 Tarefa 2.3.4 Tarefa 2.3.5	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2  Atividade 2.3	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.4 Tarefa 2.3.5 Tarefa 2.3.6	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto Elaborar formulação do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação Selecionar alternativas Identificar disponibilidade de princípios de solução no mercado Estudar custo de formulação teórica
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.4 Tarefa 2.3.5 Tarefa 2.3.6	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação Selecionar alternativas Identificar disponibilidade de princípios de solução no mercado
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2  Atividade 2.3	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.4 Tarefa 2.3.5 Tarefa 2.3.6	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto Elaborar formulação do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação Selecionar alternativas Identificar disponibilidade de princípios de solução no mercado Estudar custo de formulação teórica
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2  Atividade 2.3	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.3 Tarefa 2.3.4 Tarefa 2.3.5 Tarefa 2.3.6 Desenvolver alte	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto emativas para a formulação do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação Selecionar alternativas Identificar disponibilidade de princípios de solução no mercado Estudar custo de formulação teórica emativas para processar a formulação. Desdobramento da função global em funções básicas e
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2  Atividade 2.3	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.3 Tarefa 2.3.4 Tarefa 2.3.5 Tarefa 2.3.6 Desenvolver alte Tarefa 2.4.1	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto Elaborar formulação básica do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação Selecionar alternativas Identificar disponibilidade de princípios de solução no mercado Estudar custo de formulação teórica Internativas para processar a formulação. Desdobramento da função global em funções básicas e elementares
FASE 2	Atividade 2.1 Atividade 2.2  Atividade 2.3	Elaborar plano d Gerar ideias para Tarefa 2.2.1 Tarefa 2.2.2 Tarefa 2.2.3 Tarefa 2.2.4 Tarefa 2.2.5 Tarefa 2.2.6 Tarefa 2.2.7 Desenvolver alte Tarefa 2.3.1 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.2 Tarefa 2.3.3 Tarefa 2.3.5 Tarefa 2.3.6 Desenvolver alte Tarefa 2.4.1	Pesquisar ingredientes, Matérias primas e aditivos (suprimentos) Pesquisar receitas e formulações Pesquisar processos de fabricação Pesquisar parâmetros controle de processo Pesquisar tipos de embalagens e rótulos. Pesquisar métodos de conservação, preparo e uso. Elaborar a declaração para o produto Elaborar formulação básica do produto Elaborar formulação básica do produto Gerar ideias de ingredientes, aditivos, matérias primas Combinar alternativas de formulação Selecionar alternativas Identificar disponibilidade de princípios de solução no mercado Estudar custo de formulação teórica Enativas para processar a formulação. Desdobramento da função global em funções básicas e elementares Gerar e selecionar a estrutura funcional do processo

	T	Only described and the second
	Tarefa 2.4.5	Selecionar concepções alternativas de processo
	Tarefa 2.4.6	Estudo do custo das concepções alternativas de processo
A(' '   1   0   5	Tarefa 2.4.7	Selecionar fornecedores para os princípios de solução
Atividade 2.5		ativas para teste de formulação (T0)
	Tarefa 2.5.1	Elaborar plano de teste (T0)
	Tarefa 2.5.2	Selecionar equipamentos para o teste
	Tarefa 2.5.3	Estudo do custo preliminar do equipamento
	Tarefa 2.5.4	Definir os parâmetros de controle de processo e produto
	Tarefa 2.5.5	Selecionar ingredientes, matérias primas, aditivos e outros, para o teste
	Tarefa 2.5.6	Analisar e selecionar amostras de ingredientes/aditivos e fornecedores
	Tarefa 2.5.7	Estudo do custo preliminar da formulação
Atividade 2.6	Executar teste	e analisar as amostras do testes (T0)
	Tarefa 2.6.1	Preparar programação do teste T0
	Tarefa 2.6.2	Executar o plano de teste T0
	Tarefa 2.6.3	Fazer análises físico químicas e microbiológicas
	Tarefa 2.6.4	Fazer análise sensorial
	Tarefa 2.6.5	Determinar Shelf-life
	Tarefa 2.6.6	Elaborar relatório final das análises e testes iniciais
Atividade 2.7		cepção do produto e processo
	Tarefa 2.7.1	Selecionar a formulação do produto e concepção do processo
	Tarefa 2.7.2	Fazer estimativas do custo da formulação e do processo
	Tarefa 2.7.3	Selecionar possíveis fornecedores
Atividade 2.8		formações de fonte interna e externa
Atividade 2.9		no de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas
ENTRADA: Concepção do	<u> </u>	epção do processo
FASE 3 PROJETO PRI	_	a de preiate preliminar
Atividade 3.1		o de projeto preliminar
Atividade 3.2	Tarefa 3.2.1	strutura do processo de produção
		Verificar a existência de subsistemas (blocos) de processos
	Tarefa 3.2.2 Tarefa 3.2.3	Definir o tipo de processo de produção Identificar as interfaces necessárias
	Tarefa 3.2.4	Gerar ideias para interfaces
	Tarefa 3.2.5	Combinar interfases com os subsistemas (blocos de processo)
	Tarefa 3.2.5	Selecionar leiaute preliminar do processo de produção
	Tarefa 3.2.7	Selecionar fornecedores equipamentos de interfaces
Atividade 3.3		do layout do processo de produção
Allyludue 3.3	Tarefa 3.3.1	Identificar, analisar aspectos críticos e definir parâmetros de
		controle
	Tarefa 3.3.2	Realizar dimensionamento e seleção dos equipamentos
	Tarefa 3.3.3	Realizar modelagem e simulação do processo de produção
	Tarefa 3.3.4	Levantar necessidades dos periféricos no fluxograma de produção
	Tarefa 3.3.5	Levantar as necessidades de instalações industriais
Atividade 3.4	Decidir por faze	·
	Tarefa 3.4.1	Compartilhar propostas de fluxograma de produção com fornecedores

		T ( 0 4 0	
		Tarefa 3.4.2	Estimativa do custo do processo de produção
		Tarefa 3.4.3	Decidir entre desenvolver e produzir ou comprar
		Tarefa 3.4.4	Produzir documentos referentes ao que será produzido e comprado.
	Atividade 3.5	Fazer simulação	do processo de produção
		Tarefa 3.5.1	Planejar simulação do processo de produção
		Tarefa 3.5.2	Levantar necessidades de construção do protótipo do equipamento
		Tarefa 3.5.3	Fabricar o protótipo
		Tarefa 3.5.4	Executar e avaliar testes com protótipos
		Tarefa 3.5.5	Fazer ações corretivas
	Atividade 3.6	Realizar testes d	e produtos em linhas pilotos ou planta industrial
		Tarefa 3.6.1	Elaborar o plano de teste do produto (T1)
		Tarefa 3.6.2	Analisar amostras, ingredientes/aditivos e matérias primas
		Tarefa 3.6.3	Executar e avaliar testes de protótipos do produto (T1)
		Tarefa 3.6.4	Fazer análises físicas, químicas e microbiológicas
		Tarefa 3.6.5	Fazer análise sensorial
		Tarefa 3.6.6	Determinar Shelf-life
		Tarefa 3.6.7	Elaborar relatório final das análises e testes dos protótipos (T1)
		Tarefa 3.6.8	Decidir ações corretivas
	Atividade 3.7		ações de fontes internas externas.
	Atividade 3.7 Atividade 3.8		de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas
	Atividade 3.9	•	projeto preliminar
ENTRARA			. , .
ENTRADA	: Protótipo do pr	ocesso e Prototi	oo ao produto
EACE A	DDO IETO DET	AL HADO	
FASE 4	PROJETO DETA		a projeta detalhada
FASE 4	Atividade 4.1	Elaborar plano de	e projeto detalhado
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2	Elaborar plano de Elaborar plano de	projeto de co-desenvolvimento
FASE 4	Atividade 4.1	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3	projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.4 Tarefa 4.3.5	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.4 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualiz	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.4 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizarefa 4.4.1	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação)
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.4 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualiz	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projet Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.4 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizarefa 4.4.1	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar e 4.4.1 Tarefa 4.4.2	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc.
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar e atualizar e 4.4.1 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.2	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial  Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico  Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos  Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e conjunto de montagens
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizarefa 4.4.1 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.4 Tarefa 4.4.5	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3  Atividade 4.3	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizarefa 4.4.1 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.4 Tarefa 4.4.5	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e conjunto de montagens Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção Revisar a documentação gerada os de instalação da planta industrial e processo de produção.
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3  Atividade 4.4  Atividade 4.4	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar e atualizar e atualizar e 4.4.2 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.4 Tarefa 4.4.5 Detalhar os custo Solicitar o registr	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e conjunto de montagens Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção Revisar a documentação gerada os de instalação da planta industrial e processo de produção.
FASE 4	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3  Atividade 4.4  Atividade 4.4  Atividade 4.5 Atividade 4.6	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar e atualizar e atualizar e 4.4.1 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.4 Tarefa 4.4.5 Detalhar os custo Solicitar o registr Monitorar Informatical Elaborar plano de Ela	o da planta de produção industrial  Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos  Projetar arranjo físico  Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio  Finalizar projeto civil  Finalizar projeto de periféricos  zar documentos e desenhos  Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação)  Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc.  Finalizar desenhos e conjunto de montagens  Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção  Revisar a documentação gerada  os de instalação da planta industrial e processo de produção.  o do produto
	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3  Atividade 4.4  Atividade 4.4  Atividade 4.5 Atividade 4.6 Atividade 4.7	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar e atualizar e atualizar e 4.4.1 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.4 Tarefa 4.4.5 Detalhar os custo Solicitar o registr Monitorar Informa Atualizar o plano	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e conjunto de montagens Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção Revisar a documentação gerada os de instalação da planta industrial e processo de produção. To do produto ações de fontes internas e externas
	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3  Atividade 4.4  Atividade 4.4  Atividade 4.5 Atividade 4.6 Atividade 4.7 Atividade 4.8  Projeto da plani	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar e atualizar e atualizar e 4.4.1 Tarefa 4.4.2 Tarefa 4.4.4 Tarefa 4.4.5 Detalhar os custo Solicitar o registr Monitorar Informa Atualizar o plano	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e conjunto de montagens Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção Revisar a documentação gerada os de instalação da planta industrial e processo de produção. To do produto ações de fontes internas e externas
ENTRADA	Atividade 4.1 Atividade 4.2 Atividade 4.3  Atividade 4.4  Atividade 4.4  Atividade 4.5 Atividade 4.6 Atividade 4.7 Atividade 4.8  Projeto da plani	Elaborar plano de Elaborar plano de Elaborar plano de Detalhar o projete Tarefa 4.3.1 Tarefa 4.3.2 Tarefa 4.3.3 Tarefa 4.3.5 Finalizar e atualizar o registra de atualizar o plano eta industrial DA PRODUÇÃO	o projeto de co-desenvolvimento o da planta de produção industrial Finalizar dimensionamento e seleção dos equipamentos Projetar arranjo físico Levantar necessidade de instrumentos e equipamentos de apoio Finalizar projeto civil Finalizar projeto de periféricos zar documentos e desenhos Concluir aspectos visuais (padrões de cores e identificação) Finalizar documentos e desenhos detalhados com cotas tolerâncias, especificações de materiais, numeração etc. Finalizar desenhos e conjunto de montagens Finalizar desenhos e documentos pertencentes a produção Revisar a documentação gerada os de instalação da planta industrial e processo de produção. To do produto ações de fontes internas e externas

Atividade 5.2	Instalar a planta	industrial
Atividade 5.3	Elaborar o plano	de preparação da produção
Atividade 5.4	Elaborar docume	entos para a produção
	Tarefa 5.4.1	Elaborar manual de boas práticas de fabricação (BPF)
	Tarefa 5.4.2	Elaborar manual de higiene e sanitização
	Tarefa 5.4.3	Elaborar manual de controle de pragas (CP)
	Tarefa 5.4.4	Elaborar manual de boas práticas de laboratório (BPL)
	Tarefa 5.4.5	Elaborar manual de procedimentos de operação (PO)
	Tarefa 5.4.6	Elaborar manual de segurança de produto (APPCC)
Atividade 5.5	Elaborar docume	entos finais – especificações técnicas
	Tarefa 5.5.1	Elaborar especificações técnicas de produto acabado e semi- acabado
	Tarefa 5.5.2	Elaborar especificações técnicas de matérias primas, ingredientes e aditivos
	Tarefa 5.5.3	Elaborar especificações técnicas de embalagem
	Tarefa 5.5.4	Elaborar procedimentos de análise de produto acabado, semi- acabado, matéria prima, ingredientes, aditivos e embalagens
Atividade 5.6	Produzir lote pilo	oto
	Tarefa 5.6.1	Elaborar o plano de produção piloto
	Tarefa 5.6.2	Analisar ingredientes/aditivos e matérias primas
	Tarefa 5.6.3	Executar o plano de testes da produção piloto
	Tarefa 5.6.4	Fazer análises físico-químicas e microbiológicas
	Tarefa 5.6.5	Fazer análise sensorial
	Tarefa 5.6.6	Fazer análise de embalagem
	Tarefa 5.6.7	Elaborar relatório final das análises da produção piloto
	Tarefa 5.6.8	Decidir ações corretivas
	Tarefa 5.6.9	Otimizar o processo de produção
Atividade 5.7	Liberar do produ	uto processo
Atividade 5.8	Treinar mão de	obra e preparar manutenção
Atividade 5.9	Revisar desemp	enho do projeto.
Atividade 5.10	Registrar as liçõ	es aprendidas e atualizar o plano de projeto
AÍDA: Liberação do produ	uto e processo	

### APÊNDICE C – ESTRUTURA DETALHADA DO MODELO DE REFERÊNCIA PARA O PEIG

	PROPOSTA DE UM MODELO DE REFERÊNCIA PARA A ESTRUTURAÇÃO DE IG - PEIG						
FASE 1	ANÁLISE DA VI	ABILIDADE DO	SAÍDAS DA FASE				
	Atividade 1.1						
	Tarefa 1.1.1 Informar as características do produto						
		Tarefa 1.1.2	Informar sobre o território da produção				
		Tarefa 1.1.3	Identificar a reputação e notoriedade da região vinculada ao produto				
		Tarefa 1.1.4	Informar sobre o método de produção e a cadeia produtiva do produto				
		Tarefa 1.1.5	Identificar a realidade atual do mercado do produto da potencial IG	Diagnóstico da Região			
		Tarefa 1.1.6	Verificar a necessidade de proteção da região	Relatório de viabilidade do projeto;			
	Tarefa 1.1.7 Identificar o potencial de agregação de valor aos produtores e região						
		Tarefa 1.1.8	Informar sobre a estruturação atual da governança na região em relação ao produto				
		Tarefa 1.1.9	Informar a modalidade potencial da IG				
	Atividade 1.2	Analisar a vial	oilidade do projeto de estruturação da IG				
	Atividade 1.3 Decidir pela elaboração do projeto de estruturação, revisão de pontos críticos para que a região demonstre efetivo potencial para o reconhecimento formal da IG, ou não realização do projeto de estruturação da IG						
FASE 2	PLANEJAMEN1						
	Atividade 2.1						
			Identificar o nível de conhecimento dos produtores e atores locais sobre os conceitos da IG				
		Tarefa 2.1.2	Apresentar o conceito da IG, assim como seu funcionamento, benefícios e responsabilidades	Estatuto ou documento de legitimidade			
		Tarefa 2.1.3	Apresentar as etapas genéricas, ou seja, as etapas macro do projeto de estruturação de uma IG	da organização formada;			

	Tarefa 2.1.4	Identificar os interessados no projeto de estruturação da IG na região	Documento de legitimidade da
	Tarefa 2.1.5	Levantar os possíveis integrantes do comitê gestor	formação do Comitê Gestor;
Atividade 2.2	Elaborar o plai	nejamento estratégico da estruturação da IG	Planejamento estratégico da
	Tarefa 2.2.1	Definir metodologia para a elaboração do planejamento estratégico da IG	estruturação da IG;
	Tarefa 2.2.2	Reunir os interessados no projeto de estruturação da IG	Documento de gestão de riscos;
	Tarefa 2.2.3	Definir o planejamento estratégico da estruturação da IG (estabelecer as diretrizes da IG em termos de missão, visão, valores, segmentação e posicionamento no mercado)	Ata de reunião da assembleia;
	Tarefa 2.2.4	Gerar o documento do planejamento estratégico da estruturação da IG	Escopo do projeto de estruturação da IG;
Atividade 2.3	Avaliar riscos	do projeto de estruturação da IG na região	Estrutura Analítica do Projeto de Estruturação da IG;
	Tarefa 2.3.1	Reunir os interessados no projeto de estruturação da IG	Cronograma do projeto de estruturação;
	Tarefa 2.3.2	Identificar e qualificar os riscos relacionados a participação dos atores locais	, ,
	Tarefa 2.3.3	Identificar e qualificar os riscos relacionados as parcerias	
	Tarefa 2.3.4	Identificar e qualificar os riscos relacionados aos recursos financeiros	
	Tarefa 2.3.5	Identificar e qualificar os riscos relacionados a questões ambientais e legais	
	Tarefa 2.3.6	Identificar riscos relacionados ao tempo de execução	
	Tarefa 2.3.7	Categorizar conforme grau de impacto	
Atividade 2.4	Decidir se o projeto será continuado, tendo como base a categorização dos riscos identificados		
Atividade 2.5	Definir escopo e montar a estrutura analítica do projeto de estruturação da IG (consiste em definir as etapas específicas do projeto de estruturação da IG na região em questão, detalhando na estrutura analítica de projeto, as entregas de cada fase do processo de estruturação)		
Atividade 2.6	Definir comitê	gestor da IG	
Atividade 2.7	Preparar crond		

PLANEJAMENTO DO PRODUTO DA POTENCIAL IG			
Atividade 3.1	Elaborar pland		
	Tarefa 3.1.1	Reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase	
Atividade 3.2	Levantar infor	mações sobre o produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência	
	Tarefa 3.2.1	Levantar as evidências que comprovem a reputação e notoriedade do nome geográfico em relação ao produto	
	Tarefa 3.2.2	Levantar informações sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido	
	Tarefa 3.2.3	Pesquisar padrões/normas/legislação em relação ao produto	
	Tarefa 3.2.4	Consolidar as evidências e informações coletadas em um dossiê do produto	Dossiê do produto da IP;
	Tarefa 3.2.5	Validar o dossiê junto à assembleia	Ata de reunião da assembleia;
Atividade 3.3	Detalhar as es	specificações do produto da potencial IG na modalidade de Indicação de Procedência	
	Tarefa 3.3.1	Detalhar as características do produto em termos de reputação, notoriedade, qualidade ou outras características específicas atribuíveis a sua origem geográfica	
	Tarefa 3.3.2	Definir etapas de produção que estarão inseridas na IP	
	Tarefa 3.3.3	Detalhar os requisitos técnicos e de mercado	
	Tarefa 3.3.4	Detalhar requisitos normativos e legais	
	Tarefa 3.3.5	Elaborar documento de especificações do produto da IP	
Atividade 3.4	Levantar infor Origem	mações para comprovar a vinculação do produto com o meio na modalidade de Denominação de	Especificações técnicas do produto de IP;
	Tarefa 3.4.1	Levantar as evidências da caracterização dos fatores naturais e dos fatores humanos que conferem diferencial ao produto produzido na região específica	
	Tarefa 3.4.2	Realizar ou identificar estudos técnico-científicos que avaliam e caracterizam o nexo causal entre os fatores naturais e os fatores humanos e as qualidades e características do produto na DO	

		Tarefa 3.4.3	Levantar informações sobre a posição do produto na cadeia de valor em que está inserido		
		Tarefa 3.4.4	Pesquisar padrões/normas/legislação em relação ao produto		
		Tarefa 3.4.5	Consolidar as evidências e informações coletadas em um dossiê do produto	Dossiê do produto de DO;	
		Tarefa 3.4.6	Validar o dossiê junto à assembleia	Ata de reunião da assembleia;	
	Atividade 3.5	Detalhar as es	pecificações do produto da potencial IG na modalidade de Denominação de Origem		
		Tarefa 3.5.1	Detalhar o produto explicitando as qualidades e características oriundas do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e fatores humanos		
		Tarefa 3.5.2	Definir etapas de produção que estarão inseridas na DO		
		Tarefa 3.5.3	Detalhar os requisitos técnicos e de mercado		
		Tarefa 3.5.5	Detalhar requisitos normativos e legais		
		Tarefa 3.5.6	Elaborar documento de especificações do produto da DO	Especificações técnicas do produto de	
	Atividade 3.6	Atualizar o pro	jeto de estruturação e registrar o conhecimento e lições aprendidas	DO;	
FASE 4	PANEJAMENTO DO PROCESSO DA POTENCIAL IG				
	Atividade 4.1	Elaborar plano	para execução e controle da fase		
		Tarefa 4.1.1	Reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase		
	Atividade 4.2	Levantar inform	nações sobre o projeto do processo de produção do produto		
		Tarefa 4.2.1	Identificar o método de obtenção do produto		
		Tarefa 4.2.2	Identificar todas as etapas do processo de extração, produção, elaboração e transformação do produto que ocorrem dentro e fora da área delimitada		
		Tarefa 4.2.3	Identificar a origem da matéria-prima		
		Tarefa 4.2.4	Pesquisar padrões/normas/legislação em relação ao processo de produção		
		Tarefa 4.2.5	Consolidar as evidências e informações coletadas em um dossiê do processo	Dossiê do processo;	
		T (- 400	Validar a danaià iunta à accomblais		
		Tarefa 4.2.6	Validar o dossiê junto à assembleia	Ata de reunião da assembleia;	

Atividade 4.3	Detalhar as es	specificações de projeto do processo	
	Tarefa 4.3.1	Especificar e definir todas as etapas do processo de extração, produção, elaboração e transformação do produto que ocorrem dentro e fora da área delimitada	
	Tarefa 4.3.2	Detalhar a origem da matéria prima	
	Tarefa 4.3.3	Estabelecer requisitos técnicos do processo	
	Tarefa 4.3.4	Estabelecer requisitos normativos e legais do processo	
	Tarefa 4.3.5	Estabelecer requisitos de segurança do produto em relação ao processo	
	Tarefa 4.3.6	Detalhar requisitos de fabricação, embalagem, estocagem, distribuição, preparo, uso e descarte	
	Tarefa 4.3.7	Elaborar documento das especificações do processo de produção do produto da IG	Especificações técnicas do processo
Atividade 4.4	Delimitar a áre	ea geográfica onde ocorre o processo de produção da potencial IG	de produção;
	Tarefa 4.4.1	Realizar levantamento técnico, cultural e científico do território da IG	
	Tarefa 4.4.2	Definir a abrangência da área geográfica conforme o processo de produção da IG	
	Tarefa 4.4.3	Elaborar mapa georreferenciado da delimitação da área geográfica de produção da IG	Mapa de georeferenciamento;
	Tarefa 4.4.4	Apresentar e validar a área geográfica delimitada - Assembleia	Ata de reunião da assembleia;
	Tarefa 4.4.5	Articulação e reuniões com o órgão competente para emissão do laudo oficial de delimitação da área geográfica da IG	Laudo emitido pela entidade oficial
Atividade 4.5	Definir a estru	tura do processo de produção	
	Tarefa 4.5.1	Identificar a necessidade de alteração da estrutura do processo produtivo atual (esta verificação deve ser feita para cada produtor, a fim de analisar se a sua estrutura atende aos requisitos/padrões/legislações para a produção do produto da IG)	
	Tarefa 4.5.2	Identificar necessidade de ajustes no processo produtivo (esta verificação deve ser feita para cada produtor, a fim de analisar se o seu processo atual atende aos requisitos do processo de produção da IG)	
Atividade 4.6	Realizar mode	elagem e simulação do processo e do produto em cada unidade produtiva	

		Tarefa 4.6.1	Elaborar o plano de avaliação da conformidade do processo e do produto	
		Tarefa 4.6.2	Analisar amostras, ingredientes/aditivos e matérias primas	
		Tarefa 4.6.3	Fazer análises físicas, químicas e microbiológicas no produto da potencial IG	
		Tarefa 4.6.4	Fazer análise sensorial	
		Tarefa 4.6.5	Determinar prazo de validade	
		Tarefa 4.6.6	Elaborar relatório final das análises e testes dos produtos	
		Tarefa 4.6.7	Decidir ações corretivas	
		Tarefa 4.6.8	Otimizar o processo de produção	
	Atividade 4.7		ocumentos do processo de produção (somente em caso de implantação de ações corretivas ou mizar o processo de produção)	
	Atividade 4.8	Atualizar o pla	no de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas	Ata de reunião da assembleia;
FASE 5	PREPARAÇÃO	DO REGISTRO	DA IG	
	Atividade 5.1	ade 5.1 Elaborar plano para execução e controle da fase		
		Tarefa 5.1.1	Reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase	
	Atividade 5.2	Definir o nome	geográfico a ser protegido	
		Tarefa 5.2.1	Definir o nome geográfico a ser protegido	Nome geográfico;
		Tarefa 5.2.2	Verificar se o nome geográfico está protegido por outro ativo de propriedade intelectual	Plano de ação do uso inadequado do
		Tarefa 5.2.3	Definir plano de ação para reduzir os riscos do uso inadequado do nome definido	nome geográfico;
	Atividade 5.3	tividade 5.3 Criar Identidade Visual da IG		
		Tarefa 5.3.1	Levantar elementos que caracterizam o meio geográfico e o produto da IG	
		Tarefa 5.3.2	Criar um signo distintivo para a IG	
		Tarefa 5.3.3	Criar um manual de identidade visual da IG	Manual de identidade visual da IG;
		Tarefa 5.3.4	Validar signo com a assembleia	Ata de reunião da assembleia;

Atividade 5.4	Descrever o R	egulamento de Uso	
	Tarefa 5.4.1	Consolidar os documentos de especificação técnica do produto e do processo	
	Tarefa 5.4.2	Definir integrantes do Conselho Regulador	
	Tarefa 5.4.3	Definir estrutura de controle	
	Tarefa 5.4.4	Definir estrutura de gestão	
	Tarefa 5.4.5	Definir estrutura de defesa	
	Tarefa 5.4.6	Definir estrutura de promoção	
	Tarefa 5.4.7	Elaborar documento com os direitos e obrigações dos produtores da IG	
	Tarefa 5.4.8	Elaborar documento com as ações de penalização em face ao não cumprimento do regulamento de uso	Regulamento de Uso;
	Tarefa 5.4.9	Estabelecer um planejamento para revisão periódica do regulamento de uso	Plano de revisão do regulamento de uso;
	Tarefa 5.4.10	Validar Regulamento de Uso com a Assembleia	Ata de reunião da assembleia;
Atividade 5.5	Descrever as a	atividades do Sistema de Controle	
	Tarefa 5.5.1	Definir a modalidade de avaliação da conformidade a ser aplicada	
	Tarefa 5.5.2	Definir como será realizado o processo de auditoria e quais os atores envolvidos	Plano de Auditoria
	Tarefa 5.5.3	Definir o cronograma de auditoria dos processos de produção	Definição de Indicadores de qualidade
	Tarefa 5.5.4	Definir os aspectos a serem auditados	Métodos de avaliação da conformidade
	Tarefa 5.5.5	Definir os métodos e técnicas de amostragem e avaliação	
Atividade 5.6	Solicitar o regi	stro da Indicação Geográfica	
	Tarefa 5.5.1	Fazer o depósito do processo da IG no INPI	
Atividade 5.7	Monitorar infor	mações sobre o processo de depósito	
Atividade 5.8	Atualizar o pla	no de projeto e registrar os conhecimentos e lições aprendidas.	
IMPLEMENTA	ÇÃO E GESTÃO	DA IG	
Atividade 6.1	Elaborar plano	para execução e controle da fase	

	Tarefa 6.1.1	Reunir o comitê gestor e definir os métodos, ferramentas e documentos para o gerenciamento e controle da fase	
Atividade 6.2	Elaborar docu	mentos para a produção	
	Tarefa 6.2.1	Elaborar manual de Boas Práticas Agrícolas e de Fabricação (BPA/BPF)	
	Tarefa 6.2.2	Elaborar manual de segurança do alimento (quando se tratar de produto alimentício)	Manuais relacionados às atividades
	Tarefa 6.2.3	Elaborar manual de procedimentos de operação padrão (PO)	operacionais da IG;
	Tarefa 6.2.4	Elaborar procedimentos de análise de produto acabado, semiacabado, matéria prima, ingredientes, aditivos e embalagens	
Atividade 6.3	Implementar a	estrutura da controle, gestão, defesa e promoção da IG	
	Tarefa 6.3.1	Definir o escopo das estruturas de controle, gestão, defesa e promoção da IG	
	Tarefa 6.3.2	Desenvolver estratégias de gestão com foco na valorização do produto e do território da IG	
	Tarefa 6.3.3	Desenvolver estratégia de defesa da IG contra uso indevido do nome geográfico	Documento detalhado da estrutura de gestão da IG;
	Tarefa 6.3.4	Desenvolver um sistema (em meio eletrônico) de registro e controle da IG	gestao da 10,
	Tarefa 6.3.5	Treinar os associados no sistema de registros e controles da IG	
Atividade 6.4	Desenvolver a	ções para promover a IG	
	Tarefa 6.4.1	Fomentar as cadeias associadas ao produto	
	Tarefa 6.4.2	Desenvolver um plano de marketing	
	Tarefa 6.4.3	Firmar parcerias com o poder público	
	Tarefa 6.4.4	Adotar instrumentos para valorizar o território da IG	
	Tarefa 6.4.5	Implantar políticas, planos e ações que valorizem a paisagem, a cultura, o patrimônio construído, o "saber fazer" local e a biodiversidade	
	Tarefa 6.4.6	Criar estratégias para sensibilizar o consumidor quanto aos valores diferenciais do produto da IG e de seu território	Plano de ação para promoção da IG;
Atividade 6.5	Estabelecer co	ondições para a revisão periódica de todos os processos da IG	

Atividade 6.6

Registrar as lições aprendidas e atualizar o plano de projeto